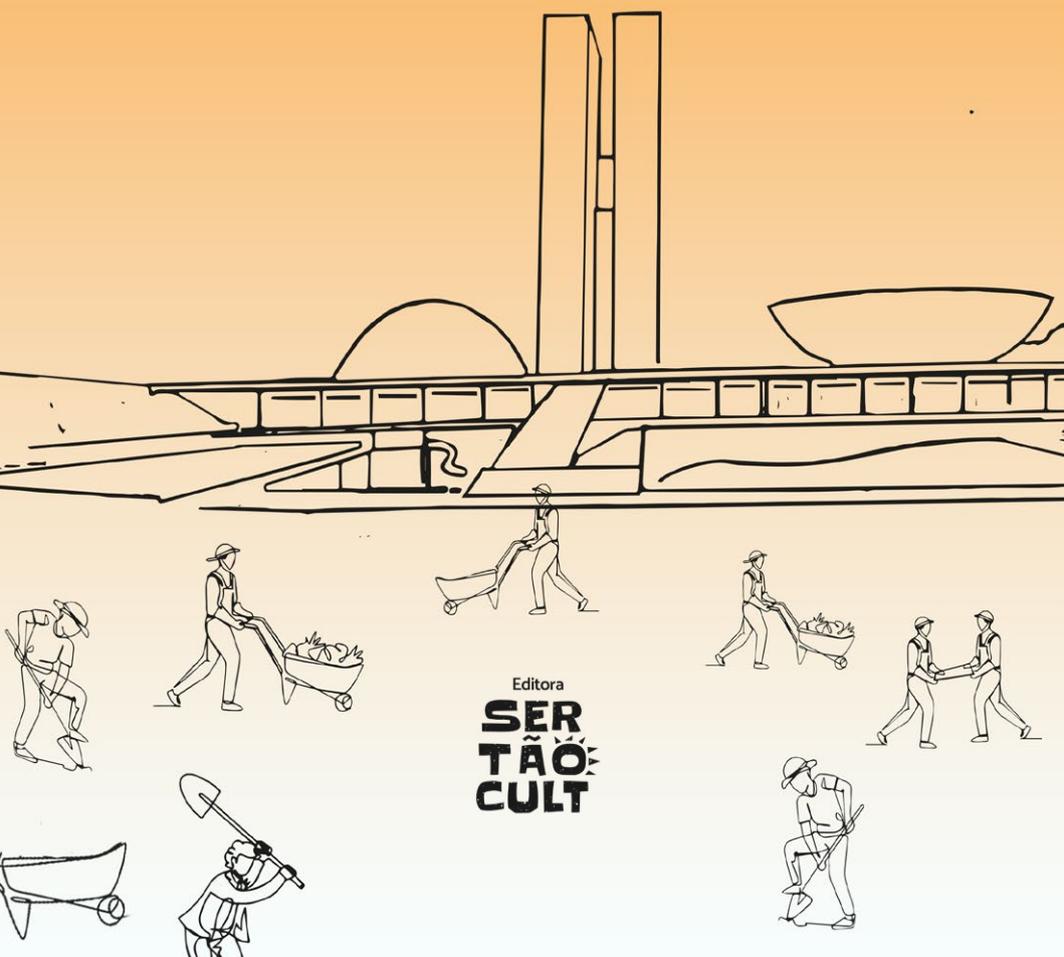


Cosma Silva de Araújo

Sebastião e suas  
aventuras na construção de

# BRASÍLIA





**Cosma Silva de Araújo**

Graduada em História- UVA. Mestre em História e Culturas- UECE. Graduanda em Artes Visuais pela universidade Estadual do Ceará- UAB. Servidora pública.

Cosma Silva de Araújo

# Sebastião e suas aventuras na construção de **BRASÍLIA**



Sobral - CE  
2022

Editora

**SER  
TÃO  
CULT**



## SEBASTIÃO E SUAS AVENTURAS NA CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA.

© 2022 copyright by: Cosma Silva de Araújo.

Impresso no Brasil/Printed in Brazil



Editora  
**SER  
TÃO  
CULT**

Rua Maria da Conceição P. de Azevedo, 1138  
Renato Parente - Sobral - CE  
(88) 3614.8748 / Celular (88) 9 9784.2222  
contato@editorasertaoacult.com  
sertaoacult@gmail.com  
www.editorasertaoacult.com

### Coordenação Editorial e Projeto Gráfico

Marco Antonio Machado

### Coordenação do Conselho Editorial

Antonio Jerfson Lins de Freitas

#### Conselho Editorial

Ana Carolina Eiras Coelho Soares  
Camila Teixeira Amaral  
Carlos Augusto Pereira dos Santos  
Cícero João da Costa Filho  
Geranilde Costa e Silva  
Gilberto Gilvan Souza Oliveira  
João Batista Teófilo Silva  
Juliana Magalhães Linhares  
Maria Aparecida de Sousa  
Tito Barros Leal de Pontes Medeiros

#### Revisão

Antonio Jerfson Lins de Freitas

#### Diagramação

João Batista Rodrigues Neto

#### Catálogo

Leolph Lima da Silva - CRB3/967

A663s Araújo, Cosma Silva de.

Sebastião e suas aventuras na Construção de Brasília. / Cosma Silva de Araújo. - Sobral, CE: Sertão Cult, 2022.

64p.

ISBN: 978-65-5421-035-5 - e-book em pdf

ISBN: 978-65-5421-034-8 - papel

Doi: 10.35260/54210355-2022

1. História oral. 2. História- Construção de Brasília. 3. Oralidade- História. I. Título.

CDD 907.2



Este e-book está licenciado por Creative Commons

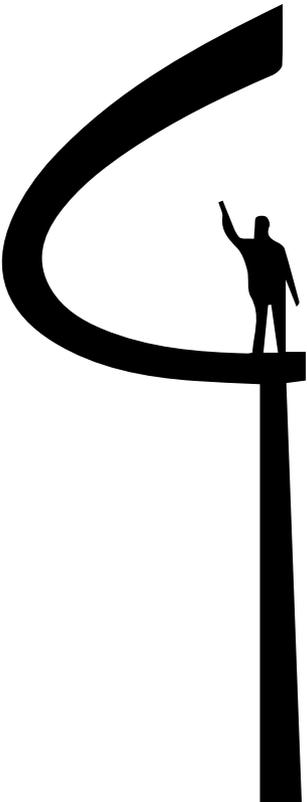
Atribuição-Não-Comercial-Sem Derivadas 4.0 Internacional

*In memoriam de*  
***Sebastião Severo Frota***



## **Agradecimentos**

A todos os trabalhadores da  
construção de Brasília.



“Há histórias tão verdadeiras que às vezes parece que são inventadas.”

*Manoel de Barros*



## PREFÁCIO

*(ou uma ode à História Oral)*

A oportunidade de participar da pesquisa por imprecisos 2 anos com a agora autora deste belo livro me possibilitou, desde então, abraçar radicalmente a História Oral, sua metodologia e, mais do que tudo, o(a)s narradores(as) e suas controvertidas memórias. Sim, digo controvertidas, sem pestanejar, porque somos constantemente solapados e implodidos por elas! De fardo a refúgio, flertando com o desatino, elas se impõem e nos contestam em nossas “sólidas certezas”. Mergulhar na oralidade (ou se afogar nela!) não me parece mais possível sem nos despirmos de nós mesmos, em toda sua redundância, e nos lançarmos no conhecido-tão-desconhecido, algo que nos parece próximo e distante ao mesmo tempo.

Construir sentidos, ainda que encarnados, sistematizados, materializados na fala, cuidadosamente articulada e arrematada, não apenas trilhar caminhos previamente estabelecidos, à espera de selo e carimbo de aprovação, essa me parece a grande astúcia da parte do narrador como também do ouvinte. Ambos não estão ali por acaso e têm suas próprias intenções, instigam-se mutuamente e procuram no outro respostas, em geral não plenamente alcançadas e atravessadas de dúvidas e incertezas: “Não sei o que você pretende com tudo isso?” “Qual a finalidade/objetivo do seu projeto?” Alguns, menos questionadores e, por hábito ou pronta confiança, aceitam a proposta

sem mais, porém, na maioria das vezes, interrogam-nos e até se preocupam com a pertinência ou suposta validade de seus relatos, como se tivessem que necessariamente caber em nossas expectativas. Esta talvez seria a morte anunciada da vitalidade da História Oral, porque não devem os testemunhos se encaixar, se aprisionar em nossos projetos, devem extravasá-los, fazer com eles sejam frequentemente repensados e reavaliados na sua relação com os sujeitos da pesquisa.

É por esta razão que se mantém viva e dinâmica, diria até imprevisível, intangível. Por mais que a fonte escrita também varie de acordo com o tempo, o olhar daquele que a lê, sua volatilidade e inconstância são bem menores, provavelmente menos sensíveis, embora não totalmente imunes, à ação do tempo. Esta volatilidade e recorrente reedição do passado a partir do presente é o que nos atormenta e nos seduz, humores e rumores do tempo e do espaço permeiam constantemente aqueles que narram: o que dizem hoje talvez não o façam amanhã ou o façam de forma diferente, ainda que não totalmente desconexa do que proferiram anteriormente. Portanto, como tantas vezes já se declarou, não importa tanto o que é dito, embora isto não seja inteiramente negligenciável, mas sobretudo como isto nos é transmitido, as condições em que são pronunciadas as palavras, manifestadas as emoções.

Além de tudo isto, como se comporta a História Social mais clássica? Como não se deixar encantar pelas águas profundas e turvas da oralidade? Certa vez, testemunhei, de severo arguidor, rechaço incontestado de relação por demais próxima pesquisador-narrador, o que, fez-se crer, teria ofuscado a limpidez de sua ótica. Outra vez, sábio conselho de não ir às bases, de por ora contentar-me com vozes institucionais, aqueles que falam pelos outros(as). Como responderiam a tudo isso Portelli, Thompson, que por anos ouviram seus interlocutores, até se tornaram amigos, próximos, deles? Penso que cabal rejeição à oralidade e a toda a dança que a envolve e rodeia diz muito

daquele(a) que não quer ouvir nem sair de certezas trilhadas e apenas novamente percorridas. Amarrar o narrador, esperar que ele diga o que queremos ouvir ou confirmar, cercá-lo de nossas convicções é esperar ler nele páginas já escritas, seladas, carimbadas, chanceladas, mais uma vez submetidas ao nosso crivo, esboço pré-constituído.

Este preconceito, ou ideia preconcebida, também comparilhada pelos nossos narradores, que constantemente incorrem na fragilidade ou insegurança de desculparem-se previamente por possivelmente não atenderem aos “preciosos” intuitos da pesquisa, sugerindo até dizerem uma vez mais o que já disseram, agora de outro modo, a fim de atender aos intentos do voraz pesquisador. Chegam, inclusive, a pedir-nos que intervenhamos prontamente para evitar que, segundo eles, falem em demasia, percam-se em suas memórias, imprecisões de datas, lugares, acontecimentos, nome de pessoas, contextos específicos. Quantas vezes nós mesmos não saímos frustrados de uma entrevista considerando que o entrevistado não disse aquilo que esperávamos que dissesse e, tempos depois, no momento de uma nova escuta, da transcrição, somos gratamente surpreendidos por outro campo de possibilidades que se abre diante de nós, às quais estávamos fechados, de olhos vendados, fixados tão somente em nossos roteiros engessados. A falha está em muitas vezes procurar apenas uma memória institucional, convergente com aquilo que previamente pensamos, evitando de nos depararmos com o divergente, a ruptura, inconstância, fragmentação de modelos pré-estabelecidos. Nesse caso, as vulnerabilidades concernem, sobretudo, àquele que segura a câmera ou o gravador.

História Oral e Psicanálise esta sim me parece a grande resposta de algo que desconhecemos, porém que nos dispomos a desvelar, não sem dor ou angústia ante o esforço de rememorar. Esforço este muitas vezes interrompido por lapsos, confusões, esquecimentos, como se estes fossem o desterro da memória

e não, em certa medida, seus aliados. Não precisa ir muito longe, veremos que aqueles que rejeitam a oralidade, ou questionam sua relevância, também rechaçam a Psicanálise, como charlatanismo, diletantismo, mera divagação. Eis aí o espelho da rigidez e da incapacidade de se lançar ao desconhecido, de conhecer o tão e tantas vezes conhecido. É acreditar numa História movida por sistemas, conexões, modelos, absorvida em grande escala, desprovida de sentimentos, afeições, olhares, sensações, ritmos, tons, pulsar. Quantas vezes o contar não nos revelou inconstâncias, descontinuidades, finitudes...

Estes homens feridos e acuados, bravos e destemidos, representados na figura do Senhor Sebastião, são aqueles que nos falam da “História nacional”, não aquela épica, triunfal, mas a das dissonâncias, violenta, impiedosa, massacrante. Não a das grandes obras, mas a dos pequenos-grandes homens, que à procura de uma vida melhor desbravaram terras inóspitas e enfrentaram a mão pesada do Estado. Estes nos contam como

**Estes homens feridos e acuados, bravos e destemidos, representados na figura do Senhor Sebastião, são aqueles que nos falam da “História nacional”, não aquela épica, triunfal, mas a das dissonâncias, violenta, impiedosa, massacrante. Não a das grandes obras, mas a dos pequenos-grandes homens, que à procura de uma vida melhor desbravaram terras inóspitas e enfrentaram a mão pesada do Estado.**

testemunharam a empreitada, como viram seu líder máximo, o Presidente Juscelino Kubitschek, como foram seduzidos pela propaganda, como se deparam com outra realidade. A visão que nós temos e que assume efeitos de verdade não é a dos candangos, muito menos dos alojamentos precários, da alimentação insalubre, incipiente, expostos a ataques de cobra e até de onça, é a dos grandes eixos rodoviários, do auto-

mobilismo, das obras monumentais, investimentos faraônicos, massiva cobertura midiática.

Trabalhadores que, tais como operários da velha e tão moderna fábrica, viram-se alienados dos bens que produziam, sobre os quais não tinham direito algum, nem receita para adquiri-los. Da mesma sorte, Sr. Sebastião e seus conterrâneos foram incluídos-excluídos do grande projeto de desenvolvimento nacional, construíram seus alicerces, suas fundações, mas não se beneficiaram diretamente dele, nem sequer nele moram, ficando restritos às suas margens. Mas, eis que então as narrativas orais subvertem a ordem das coisas e permite-lhes ocupar a cena, da qual nunca saíram, ao lado do presidente, até mesmo interpretando-o, em engenhosa performance.

História Oral, portanto, como exercício democrático, incessante, que permite ir além, (re)inserindo os sujeitos, abrindo-se às suas versões, seus olhares. É um esforço de auto e mútua conversão ao outro, de infinita alteridade, sem a qual perpetuamos modelos explicativos, reproduzimos a nós mesmos, num constante jogo de espelho, sem ao menos olhar pelo visor da câmera ou nos entrelaçar no emaranhado dos fios da memória.

Acredito que este pequeno texto acabou por assumir um tom bastante personalista, talvez egoísta, perdendo-se no imbricado da oralidade. Ao final, devo ainda ressaltar a importância de Cosma para meu amadurecimento em relação à reflexão sobre História Oral, mostrando como ela me ajudou a entender que não bastava fazer entrevistas, que era preciso também refletir sobre elas, o contexto em que elas ocorriam, os significados de tudo que era dito pelos nossos interlocutores. Este prefácio encerra-se também como uma forma de agradecimento por essa provocação, nem sempre proposital, mas sobretudo fundamentada num empenho conjunto para o desenvolvimento de um bom trabalho de pesquisa, respeitan-

do sempre e incondicionalmente os entrevistados(as), tentando apresentar a eles um resultado satisfatório da confiança e responsabilidade que depositaram em nós.

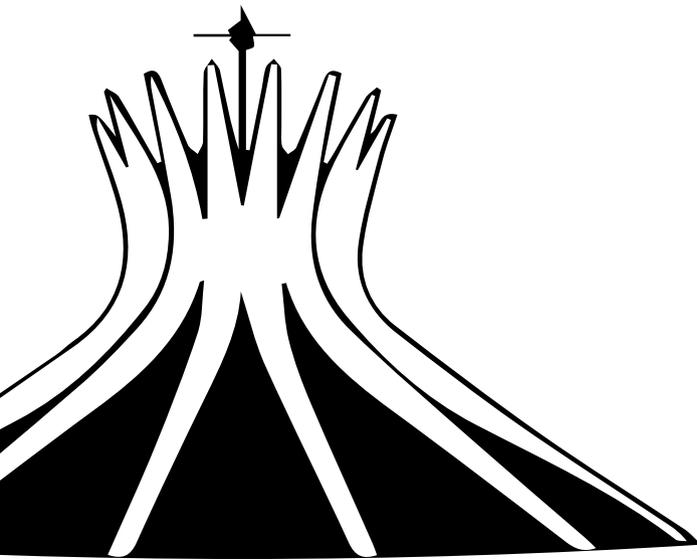
Obrigado e viva a História Oral!

**Prof. Dr. Samuel Carvalheira de Maupeou**

Doutorado em História – Univeristé de Toulouse II-Le Mirail (França)

Professor Adjunto de História da Universidade Estadual  
do Ceará (UECE)

**Obrigado e viva a  
História Oral!**



## **“UMA REDE, UMA CADEIRA E UMA MALA” E O DEVER/ COMPROMISSO DE OUVIR NARRATIVAS DE TRABALHADORES NORDESTINOS NA CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA**

A afirmativa que nordestinos construíram cidades como São Paulo e Brasília são comuns e ouvimos em conversas no bairro ou comunidade desde crianças. Sim, nas lembranças de um tio que viajou e nunca mais deu notícias, nas saudades de um irmão mais velho que foi tentar a sorte no novo mundo que estava sendo construído e prometido.

Os migrantes que vão em busca dos sonhos... são todos ‘paraíba’, todos ‘bahia’, todos ‘candangos’, com ‘olhos embotados de cimento e lágrimas’. São histórias que ouvimos nessa grandiosa dinâmica do viver enfrentando desafios, pois sabemos que existem múltiplas visões, que há uma multiplicidade de memórias e de sujeitos.

E se hoje, em pleno século XXI ouvirmos que na construção de Brasília, um desses trabalhadores migrantes, de Sobral-Ceará (Sebastião Severo Frota), entrou na cidade se escondendo da fiscalização? E se afirmarmos hoje que houve chacina e perseguição policial no local de trabalho? E mais ainda, se soubermos hoje que personalidades, celebridades e lideranças políticas (além da imprensa) omitiram essas informações e fatos históricos?

Vejam só, assim é feita a História de Brasília, entre holofotes, muito dinheiro e manchetes da maravilha de uma nova cidade planejada, também nessa história, foi negada uma versão

importante com personagens que não apareciam nos livros e nas narrativas oficiais deste importante momento da história do nosso país.

Convidamos você a conhecer Sr. Sebastião Severo Frota, que Cosma Araújo neste livro, nos apresenta e dá visibilidade às suas astúcias e interpretação do país em que viveu e sobreviveu contando histórias. Mestre e voraz leitora e intérprete da realidade do mundo em que vive, Cosma traz até nós as narrativas de um trabalhador, temperadas com coragem e o medo das mudanças e do desconhecido, numa espécie de tensão que dinamiza as potencialidades deste trabalhador destemido que constrói a cidade e a si próprio.

Sim, ambos realizaram um diálogo profundo sobre o ‘Brasil profundo’ que até hoje, ainda nos chama para ser ‘descoberto’, ‘desvelado’ e recriado. Com a metodologia da história oral, como produtora de significados múltiplos, o trabalho de Cosma Araújo é um convite para se pensar experiências plurais de trabalhadores migrantes que construíram o país.

Enfim, vale lembrar o que afirma o site do XVIII Congresso da Associação Internacional de História Oral (AIHO), publicado em março de 2013 “Poder e democracia: as múltiplas vozes da história oral”: *As histórias orais têm documentado transtornos sociais e políticos, movimentos de reformas e suas reações. Como uma ferramenta democrática, os registros de história oral preservam memórias, percepções e vozes de indivíduos e grupos em todos os níveis e em todas as atividades. Isso levanta questões sobre o que fazer com essas entrevistas e como compartilhá-los com as pessoas e comunidades que fazem esta reflexão”.*

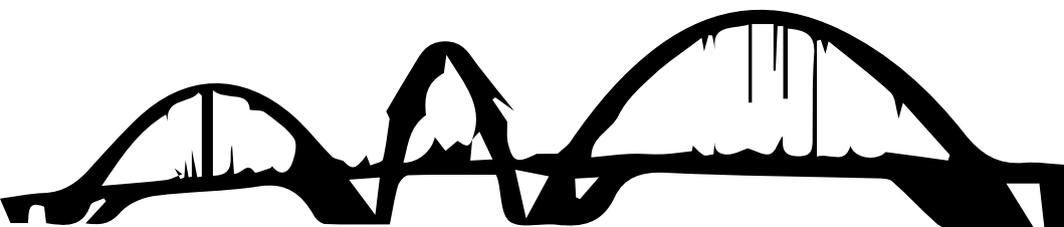
**Profa. Dra. Telma Bessa Sales**

(Universidade estadual Vale do Acaraú)

## SUMÁRIO

Considerações sobre a pesquisa.....	19
“Menino! Brasília é acolá! ”: Terra à vista.....	27
“Tinha caboco que andava dormindo em pé”.....	41
“Quem descobriu o Brasil foi um Brasileiro do Sertão de Minas Gerais”.....	49
Referências.....	59





## CONSIDERAÇÕES SOBRE A PESQUISA

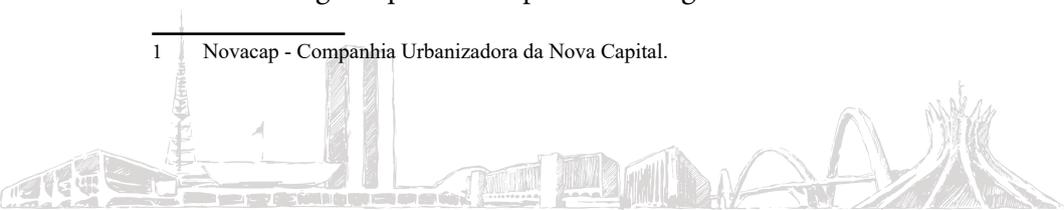
A transferência da capital do Brasil do Rio de Janeiro para Brasília nos anos 1950-1960 foi um marco na história política recente, pois além de fazer uma mudança do centro político do país, foi construída uma cidade/capital planejada concluída em poucos anos de governo.

Brasília, na política desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek, tornou-se sua maior representante, a síntese do seu plano de governo. Para alcançar seu objetivo de construir uma capital em tempo recorde e para convencer a população da necessidade de tal mudança, o presidente e seu governo investiram em propagandas que tiveram alcance em todas as regiões do país.

Nestas propagandas, a cidade onde seria instalada a nova capital era apresentada como uma terra da dádiva e da fartura, “em que se plantando tudo dá”, nela “‘brotam’ estradas, pontes de concreto, palácios”, um “‘soberbo espetáculo, visão do futuro que animará a todos’ os que lá chegarem ‘pelos caminhos do céu e da terra’” (RODRIGUES, 1990, p. 95). No território da nova capital, o Estado construía casas para todos os funcionários que nela fossem trabalhar, e aos que “dedicam-se de ‘corpo e alma’ a uma grande tarefa. Tudo sob o olhar vigilante e solidário do presidente da República e do presidente da Novacap”<sup>1</sup> (*Ibidem*).

Assim, o discurso da política nacional-desenvolvimentista vinculou imagens que faziam parte do imaginário coletivo da

1 Novacap - Companhia Urbanizadora da Nova Capital.



época, associando-os a Brasília, que através da sua construção era possível a concretização de sonhos tanto coletivos como individuais, conforme bem observou Rodrigues (1990).

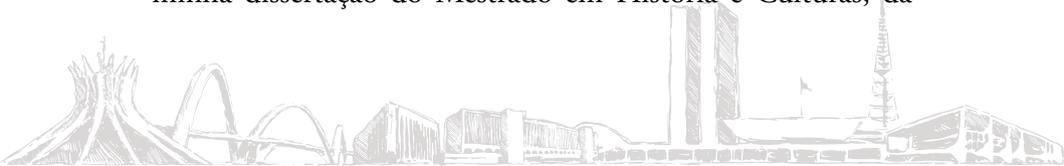
Em oposição a esse mundo de possibilidades apresentadas pelas propagandas, muitos estados do Nordeste passavam por secas e crises sociais, um incentivo para a migração de milhares de trabalhadores em busca das oportunidades que se abriam. Entre estes, os trabalhadores da região noroeste do estado do Ceará, como Coreaú e Sobral, por exemplo. Perceber o imaginário social relacionado à transferência da capital enquanto projeto de nacionalidade e como esses discursos são organizados na narrativa do sobralense Sebastião Severo Frota é o objetivo deste livro.

20

Ressalte-se que esta análise está em consonância com o pensamento de Frederico de Castro Neves (2002), segundo o qual a seca não está relacionada apenas às condições naturais, pois é um fenômeno social, político, econômico e cultural, que envolve: “[...] destruição das colheitas de subsistência, migrações descontroladas, fome, aumento da miséria e da destruição, conflitos sociais, invasões de cidades, saques de armazéns, corrupção, manipulação política etc.” (p. 100-101).

Essa reflexão também está em conformidade com as considerações de Ângela de Castro Gomes (2013), a qual defende que na análise das migrações de nordestinos “[...] não se pode, nem se deve, atribuir tais descolamentos à condição climática, desconsiderando os sentidos políticos – culturais a ela atribuídos pelo governo e pelos próprios migrantes” (p. 76).

Neste sentido, este livro evidencia as memórias e narrativas de Sebastião Severo Frota em relação às suas experiências relacionadas à construção de Brasília, no Centro-Oeste do País, nos anos 1950. É parte de uma reflexão desenvolvida em minha dissertação do Mestrado em História e Culturas, da



Universidade Estadual do Ceará (UECE)<sup>2</sup>. É um trabalho de História Cultural que analisa as narrativas e representações de um trabalhador comum, que como muitos apostou no sonho/ Brasília e no tempo presente relatou suas experiências naquele projeto de nação.

Busco interpretar os significados presentes em sua narrativa, partindo do entendimento de que é na seleção e na ordem dos acontecimentos que se pode perceber os significados atribuídos à história por ele narrada. Contribuíram para essa análise as reflexões de autoras como Telma Bessa, Kênia Rios, Verena Albert, Heloisa Helena Cardoso e o autor Alessandro Portelli, que entendem a História Oral (H.O) não como um meio para coletar informações sobre determinado evento histórico, mas como produtora de significados múltiplos.

Como nos lembra Portelli (1997), esta característica é um dos aspectos que “faz a história oral diferente”, por isso é preciso perscrutar “o caminho no qual os materiais da história são organizados pelos narradores de forma a contá-la. A construção da narrativa revela um grande empenho na relação do relator com sua história. (p. 31), cabendo a nós o compromisso e o dever de ouvi-las, buscando entender a relação entre o que se conta e como se conta.

Nessa perspectiva de análise, Kênia de Sousa Rios (2014a) aponta que “Nessa materialização da memória, o que vale destacar é justamente a estética com que tais narrativas ganham corporificação, materialidade” (p. 121).

Desse modo, o trabalho com a H.O, na concepção de Portelli, é uma “atitude narrativa” em que corpos que se cruzam e que, juntos, tecem narrativas, pois a fonte oral é resultado de um trabalho conjunto entre historiadores e aqueles que aceitaram participar da pesquisa, sua utilização exige um outro

---

2 ARAÚJO, 2018.



tipo de relação metodológica: “O narrador é agora uma das personagens e o contar da história é parte da história que está sendo contada. Isto implicitamente indica um envolvimento muito mais profundo, político e pessoal, que aquele do narrador externo” (PORTELLI, 1997, p. 36).

Assim, ao contrário de outros documentos, tais como jornais e filmes aos quais obtive acesso em arquivos materiais ou em espaços virtuais, a entrevista exige uma situação de diálogo em que não só se pergunta como também se é questionado.

Entendo que a dimensão antropológica do trabalho de campo e a situação performática, que envolve as narrativas, me permitem pensar sobre essas experiências, me inserido no texto de maneira subjetiva. Ademais, os diálogos estabelecidos entre mim e o trabalhador foram mediados também pela presença da câmera<sup>3</sup>, que mais do que captar a voz, capturou também os gestos e as expressões corporais. Esses elementos são essenciais para a materialização das sensibilidades contidas nas narrativas.

22

A escrita deste livro tenta valorizar os aspectos da conotação da narrativa, porque escrever a história de Brasília a partir da oralidade, além de ser um reconhecimento da importância desse trabalhador para a História do País, significa reconhecer que é por meio da oralidade que o narrador se faz ouvir. Não podemos esquecer que contar histórias é uma forma de preservar o narrador do esquecimento (PORTELLI, 2004).

Pensar a História de Brasília a partir das fontes orais é reconhecer que as subjetividades de diferentes sujeitos sociais permitem penetrar em um passado que chega até nós em estilha-

---

3 As relações entre imagem e história oral produzidas em projetos de pesquisas específicos têm sido cada vez mais debatidas nos eventos de História Oral, acredito que as suas possibilidades analíticas são imensas, uma vez que as mídias sociais têm cada vez mais ganhado importância na divulgação do conhecimento científico. Assim, além de possibilitar outra forma de análise, têm contribuído para uma publicização da história para um público mais amplo.



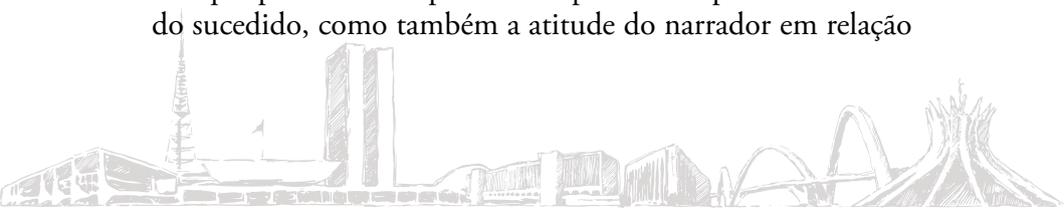
ços, mas que são reveladores de um tempo presente. Neste sentido, “A oralidade[...] não é apenas um veículo de informação, mas também um componente de seu significado”, além do que o “[...] discurso oral carrega a história e a identidade dos falantes, e transmitem significados que vão além das intenções conscientes destes” (PORTELLI, 2016, p. 21).

**Pensar a História de Brasília a partir das fontes orais é reconhecer que as subjetividades de diferentes sujeitos sociais permitem penetrar em um passado que chega até nós em estilhaços, mas que são reveladores de um tempo presente.**

Destaca-se que a utilização da memória como fonte de conhecimento implica saber que o conhecimento do passado e do presente é construído sobre ideias e “evocações na mente”, pois “a memória representa o passado e o presente ligados entre si e coerentes, neste sentido, um com o outro” (FENTRESS, 1992, p. 39).

Sobre a relação do tempo inserido nas narrativas, Portelli nos adverte que diante das fontes orais, temos de considerar que estamos lidando com o tempo, e que as “estórias e mitos mudam de acordo com a “experiência acumulada pelo narrador” e pelos “aspectos que ele quer enfatizar durante a narrativa” (2004, p. 298). Neste sentido, as memórias surgem e ganham sentido no presente e já não pertencem mais aos seus criadores, nem tampouco ao tempo do acontecido. Elas pertencem ao futuro e estão sujeitas a interpretações múltiplas.

Ressalta-se que nem Sebastião nem sua narrativa, nem tampouco as suas experiências estão inscritas em um tempo cronológico. Assim, este trabalho implica desenvolver uma análise que permita “recuperar não apenas os aspectos materiais do sucedido, como também a atitude do narrador em relação



a eventos, à subjetividade, à imaginação e ao desejo que cada indivíduo investe em relação com sua história” (PORTELLI, 1993, p. 23).

Dito isso, estamos cientes de que pensar a História de Brasília na perspectiva da fonte oral é reconhecer que as subjetividades de diferentes sujeitos sociais permitem penetrar em um passado que chega até nós em partes, neste sentido, fazemos um trabalho a partir do entendimento que a arte de saber ouvir é o que permite o estabelecimento da conversa, essa que “é um experimento em igualdade, baseado na diferença, neste trabalho de buscar “aprender um pouquinho” com aqueles que aceitaram o convite à dança, aprendemos muito (PORTELLI, 1997b, p. 19).

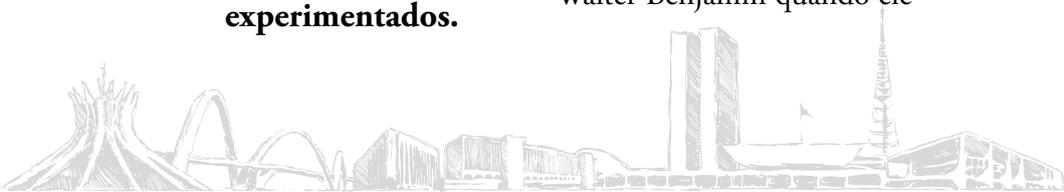
Como bem lembra Alberti (2017), este aprendizado com a fonte oral não é “simples, é um aprender complexo”. E que “por isso é muito importante você estar sensível, com todos os seus sentidos abertos, para poder perceber essas sutilezas” que envolvem a construção da narrativa, como suas gestualidades e a corporeidade.

Portanto, histórias são também inventadas e reinventadas, mas é preciso lembrar que elas surgem a partir dos acontecimentos socialmente vividos e experimentados. E que toda narrativa, seja qual for, vai ter suas invenções, pois não são neutras, e que a narrativa individual não está isolada do social, uma vez que, embora ela esteja relacionada a padrões culturais,

**Portanto, histórias são também inventadas e reinventadas, mas é preciso lembrar que elas surgem a partir dos acontecimentos socialmente vividos e experimentados.**

estruturas sociais e processos históricos, a memória é “moldada de diversas formas pelo meio social” (PORTELLI, 1997b, p. 15).

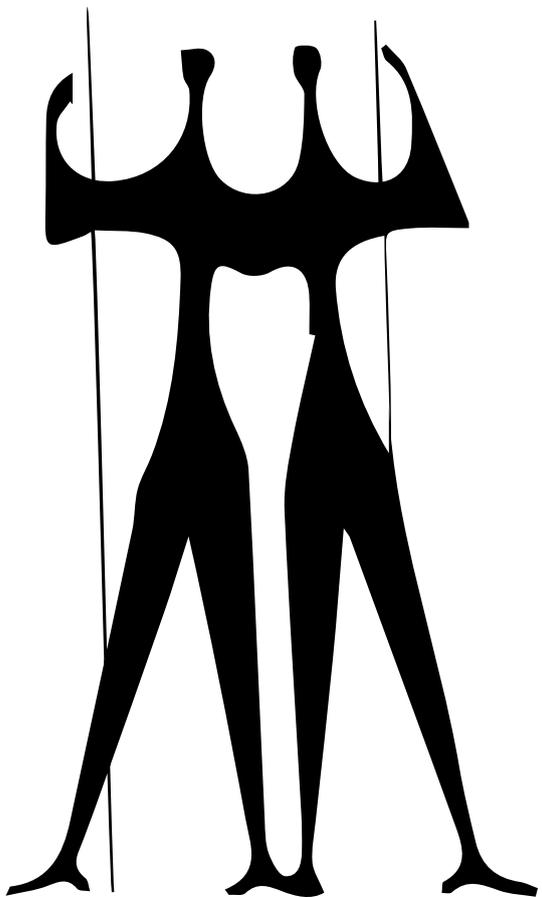
Acerca da dimensão social das narrativas, concordo com Walter Benjamin quando ele



defendeu que o narrador se faz narrador pela sua capacidade de “intercambiar experiências” e ele “retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou a relatada pelos outros. E incorpora as coisas narradas à experiência dos seus ouvintes” (BENJAMIN, 1994, p. 201).

Assim, entende-se que a pesquisa a partir da História Oral possibilita a escrita da História por intermédio de narrativas de pessoas que estão vivas, e com elas mantemos diálogo, o que implica entender que estamos lidando com sensibilidades múltiplas, é esta sensibilidade que a abordagem da História Cultural nos permite analisar.





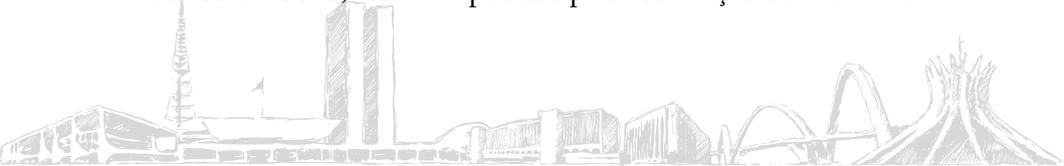
## “MENINO! BRASÍLIA É ACOLÁ! ”: TERRA À VISTA

O sobralense Sebastião Severo Frota, apesar de lembrar e contar inúmeros fatos sobre a construção de Brasília, não recorda a data de quando migrou. Relatou apenas que havia sido dispensado dos trabalhos na construção do açude Araras, na cidade de Varjota, quando soube “da transferência da capital do Rio de Janeiro para Brasília”. Foi quando ele, em companhia de seu irmão e outros trabalhadores, decidira viajar para Brasília trabalhar na construção da cidade.

Apesar de não lembrar a data da viagem, arrisco dizer que, possivelmente, migrou no ano de 1958, quando muitos cearenses assim como ele partiram em busca de uma vida melhor para si e suas famílias, que sofriam com a seca que afligia muitas cidades nordestinas naquele momento. Entre estes, estavam os trabalhadores de Coreaú, que foram sujeitos de minhas pesquisas de graduação e de pós-graduação.

No Ceará, desde do início dos anos 1950, notícias de saques, do flagelo e da atuação do governo “no combate as secas”, como construção de obras públicas eram constantes nos jornais e logo Brasília apresenta-se para esses trabalhadores, não como mais uma obra pública na qual iriam trabalhar, mas vinculada ao discurso do nacional desenvolvimentismo como “um projeto de nação e de sociedade” que seria possível construir através da nova capital (VIDAL, 2009).

O narrador relata que, ao chegarem à cidade de Anápolis, no estado de Goiás, foram impedidos pela fiscalização de entrar no



território do canteiro de obras. Conta que enquanto os seus conterrâneos foram “conquistados” por fazendeiros para trabalharem no “cativeiro” das fazendas de Goiás, ele e o irmão conseguiram um trabalho em uma movelaria na referida cidade, onde trabalharam por alguns dias. Porém, a chance de ir à Brasília chegou mais cedo do que esperavam, pois o dono da movelaria enviaria uma carga de móveis a ser vendida na cidade e os avisou que poderiam ir com o motorista para ajudar a descarregar a mercadoria, mas que poderiam ficar em Brasília, caso desejassem.

O patrão instruiu o motorista que se fosse necessário justificar a presença dos trabalhadores perante à fiscalização<sup>1</sup>, dissesse que iam apenas construir um barraco em Brasília e retornariam ao término do serviço. Contudo, o motorista demonstrou ser mais inteligente do que o patrão ao ter a ideia de pedir aos dois para subirem ao topo da carga e se esconderem debaixo de algumas lonas, assim evitariam serem pegos durante a fiscalização. Neste momento, a narrativa ganha dramaticidade.

28

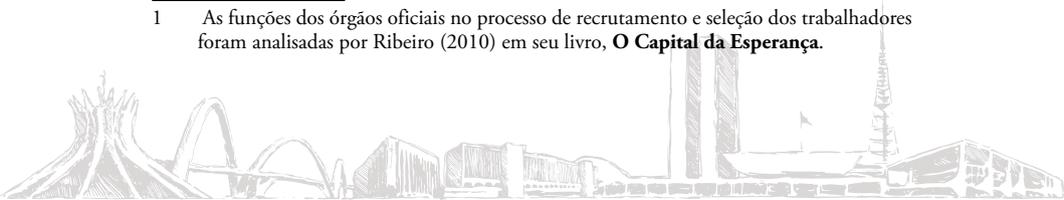
Sebastião contou que sentiam um calor insuportável debaixo das lonas, quando começaram a ouvir “umas pisadonas marchando no asfalto: Poque! Poque! Poque!”. Naquela hora, nada poderia dar errado. Uma simples tosse ou espirro estragaria tudo. Se descobertos, poderiam ser todos presos.

O carro parou, os fiscais se aproximaram, averiguaram a carga e então deram a ordem: “Podem passar!”

Após aquele momento tenso, seguiram viagem. Chegando adiante, o motorista parou, desceu do carro e disse: “Agora cês pode dizer que estão na Brasília. Não há nenhum impedimento daqui pra lá”.

Ao saírem debaixo das lonas, os trabalhadores se depararam com a “claridade no mundo inteiro”. Feliz e admirado, um dos dois disse: “Menino! Brasília é acolá!”

1 As funções dos órgãos oficiais no processo de recrutamento e seleção dos trabalhadores foram analisadas por Ribeiro (2010) em seu livro, **O Capital da Esperança**.



O posto de fiscalização a qual se refere Sebastião pertencia ao Departamento Nacional de Imigração e colonização (INIC), que era responsável pelo controle da entrada de imigrantes no território de Brasília e a outras regiões do País. Segundo Ribeiro (2008), o INIC atuava em parceria com a Novacap no controle e recrutamento de trabalhadores para Brasília, sobretudo em tempos de seca, em que o fluxo de migrantes se intensificava. Com o tempo, passaram a ser confundidos com

**O posto de fiscalização a qual se refere Sebastião pertencia ao Departamento Nacional de Imigração e colonização (INIC), que era responsável pelo controle da entrada de imigrantes no território de Brasília e a outras regiões do País. Segundo Ribeiro (2008), o INIC atuava em parceria com a Novacap no controle e recrutamento de trabalhadores para Brasília, sobretudo em tempos de seca, em que o fluxo de migrantes se intensificava. Com o tempo, passaram a ser confundidos com a repressão à entrada de trabalhadores naquele território.**

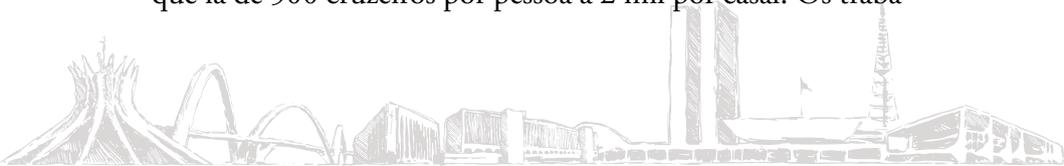
a repressão à entrada de trabalhadores naquele território.

No relato de Sebastião, a função da fiscalização dos órgãos oficiais e suas implicações na vida dos trabalhadores ficaram nítidas. Sebastião e o grupo de migrantes que havia saído de Sobral, ao chegarem em Anápolis, foi barrado no posto de fiscalização. Segundo seu relato, ao chegarem na “cancelona federal” se depararam com “[...] os homens bem vestidos possuía ordens expressas: só entrava se tivesse passagem de ida e volta.” Diante da fiscalização, os trabalhadores se tornavam vulneráveis aos aliciadores e ao trabalho escravo. A moeda de troca era a comida. Situação essa analisada por Sebastião de forma bastante crítica:



O homem despejou a carrada em Anápolis, no meio da rua, ficou tudo no meio da rua. Aí, chegou um rapaz do Cariri ali, que era pobre, foi pra lá enricou, lá em Goiás, em Anápolis: “São cearenses, são meu”. O cara disse, o cara disse, o cara cem por cento... Em três em três dias, ele ia com a picape dele cheia de comida, feijão, arroz, carne, café, açúcar, quando ele não levava, a gente tem alguma coisa, alguns, os outros já tava tudo liso, tava tudo liso, mas alguns ainda tinham. Aí, meu irmão se levantava bem cedo, botava o dinheiro na mão, o meu e o dele: “tá aqui, quem tem, bote aqui”, pra ir pro mercado pra comprar pra todo mundo, quem tinha dado, né? Aí, a gente ia pro mercado e ia comprar as coisas pra todo mundo. Aí, o pessoal carregando eles pras fazendas. O homem era rico lá, tinha muito amigo, pras fazendas... era um cativoiro, né? Àquelas fazendas no meio do deserto, ainda tinha cativoiro lá, né? [...] eles saíram fugidos quando eles tiveram notícias que já tava empregando. Eles saíram escondido, assim é o cativoiro, ainda na época, lá em Goiás. (FROTA, 12 abr. 2013).

A fiscalização e o controle da entrada de trabalhadores pelo posto de Anápolis era uma prática bastante criticada em jornais. Sob a alegação de que na cidade não havia mais vagas de trabalho, trabalhadores eram coagidos a descer dos carros e ficarem vagando pelas estradas (IMPEDIDOS de chegar a Brasília. *O Globo*, 31 jun. 1958). A matéria do jornal *A Tribuna da Imprensa* do dia 4 de fevereiro de 1960, noticiou que nordestinos que tentavam entrar em Brasília eram vendidos” como porcos” para fazendeiros e famílias que moravam nas proximidades de Brasília. Os compradores pagavam um valor que ia de 500 cruzeiros por pessoa a 2 mil por casal. Os traba-



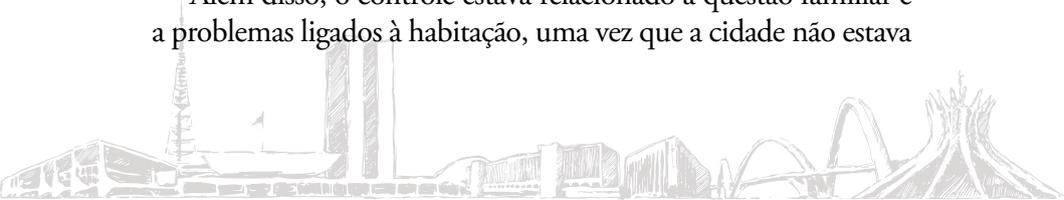
lhadores eram levados para lavouras ou para obras da capital, passando a trabalhar para empreiteiros apenas em troca de comida (NORDESTINOS vendidos como porcos em Brasília. *A Tribuna na Imprensa*, 4 de fev. 1960).

Assim, conforme Ribeiro e Souza (2008), o controle exercido pelos órgãos e a presença de aliciadores ligados às empreiteiras e ao tráfico de trabalhadores possuíam íntimas relações. De modo que, “a força de trabalho’ aparece como uma ‘estranha mercadoria’ passível de ser comprada a preços muito mais baixos e submetida na sua circulação e venda a uma subordinação de tal forma extremada que torna trabalhadores ‘livres’, comparáveis a escravos” (2008, p. 93).

Ao relatar tais práticas, o narrador utiliza o termo cativo e faz questão de explicar seu significado. “Cativo é quando o patrão prende o cara lá e pronto, né? Passa todo o tempo lá [...] era assim o cativo, ainda na época, lá em Goiás”. O termo utilizado por ele, hoje em desuso, aponta para sua percepção de uma relação de exploração de longa duração. Na frase citada, a palavra “ainda” remete à ideia de que ele tem consciência de que aquela era uma forma de trabalho escravo, que não fazia sentido em pleno século XX, mas, ainda assim, permanecia presente.

A escravização do trabalhador, embora tenha sido proibida no Brasil, na atualidade assume novas formas e constantemente vira notícia nos meios de comunicação. Por isso, não é de se estranhar que também tenha feito parte das especificidades da construção da Capital. No entanto, como na narrativa de Sebastião nenhum fio fica solto e como para ele trabalhador bom é trabalhador livre, não se esqueceu de dizer que, quando as empresas em Brasília começaram a contratar, os sobralenses, que estavam no “cativo”, fugiram para a nova capital.

Além disso, o controle estava relacionado à questão familiar e a problemas ligados à habitação, uma vez que a cidade não estava



preparada para receber milhares de trabalhadores que nela iam procurar trabalho. De acordo com o autor, ficava perceptível o tipo de trabalhador agenciado para o trabalho, isto é, homens jovens, solteiros, com saúde, com disposição para o trabalho e para morar em acampamentos das construtoras.

Muitas empresas enviavam transporte para selecionar trabalhadores em sua cidade de origem. Esses trabalhadores sofriam ainda com o assédio de aliciadores e muitos chegavam em Brasília endividados, devendo as passagens aos donos dos paus de arara e até mesmo a alimentação, o que era descontado no seu primeiro salário, utilizado para quitar as despesas da viagem, conforme pude perceber na análise de entrevistas realizadas por mim ao longo de minha pesquisa e da bibliografia sobre o tema, como Sousa (1983) e Ribeiro (2008). Além dos transportes enviados pelas empresas, havia ainda aqueles aliciadores que iam por iniciativa própria, cujos recrutados aparentemente sofreram mais com a fiscalização do INIC.

32

Esse parece ter sido o caso da turma da qual Sebastião fazia parte, vimos que teve sua entrada na cidade barrada, o que deixou seus companheiros expostos ao trabalho escravo nas fazendas de Goiás e o fez entrar escondido na cidade da futura capital Federal. No entanto, a narrativa do trabalhador sobre a migração para a cidade não ocorreu como alguém que foge da seca, da fome ou do cativeiro, ela foi narrada como a ventura da “descoberta” do novo mundo: “Menino! Brasília é acolá!”, quase como uma analogia à frase bastante conhecida na História do Brasil “terra à vista”.

Nessa aventura em busca do “novo mundo”, ele passou por várias situações difíceis, mas ao lembrá-las no tempo presente, dá a elas um sentido épico e se coloca como um desbravador do território nacional. Nos revelou também um dos principais discursos da construção de Brasília: a dicotomia Mudancista e Antimudancistas.



Rememora uma situação ocorrida em uma passagem por Juiz de Fora-MG, em que o motorista do pau de arara que o transportava fez uma parada para descanso. Naquela ocasião, ele viu dois homens jogando dama, e como também era um conhecedor daquele jogo, aproximou-se para observar a disputa, ocasião em que foi interpelado por um dos jogadores sobre o destino de sua viagem:

– Você vai pra onde?

Eu disse:

– Eu vou pra Brasília.

Aí eles esculhambaram Juscelino, eles dois.

- Aquilo é onda daquele sem vergonha.

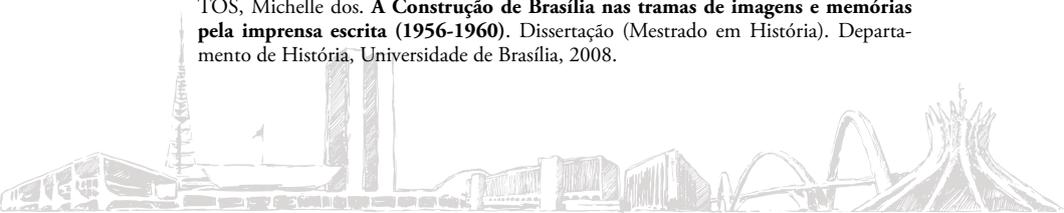
Mas deixa, que foi uma boa, viu. Tanto empregou muita gente, como tirou muita gente de todo estado, né? Porque esse povo tá na Brasília, quantos tivesse dentro do estado aqui? E quanto milheiro de gente não tem na Brasília, né? E foram trabalhar lá. Quantos milheiro? Aí formou mais um estado, né? (FROTA, 12 mar. 2013).

33

Os jogadores de dama representam o grupo conhecido na historiografia como os *antimudancistas*<sup>2</sup>, que eram opositores ao Governo e tinham como maior representante Carlos Lacerda, deputado da União Democrática Nacional (UDN). Conforme Luiz Sérgio Duarte da Silva (2010), o grupo acreditava que a construção de Brasília era uma grande loucura, uma irresponsabilidade que traria grandes prejuízos econômicos ao país. Já os *mudancistas* defendiam a modernização e a renovação da sociedade brasileira e que a nova capital era “o melhor instrumento para isso” (SILVA, 2010, p. 71).

---

2 Sobre a construção do imaginário mudancista e antimudancista, ver também: SANTOS, Michelle dos. **A Construção de Brasília nas tramas de imagens e memórias pela imprensa escrita (1956-1960)**. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História, Universidade de Brasília, 2008.



**Mas deixa, que foi uma boa, viu. Tanto empregou muita gente, como tirou muita gente de todo estado, né?**

**Porque esse povo tá na Brasília, quantos tivesse dentro do estado aqui? E quanto milheiro de gente não tem na Brasília, né? E foram trabalhar lá. Quantos milheiro? Aí formou mais um estado, né?**

Pelo trecho citado da fala do narrador e sua entrevista como um todo, fica evidente de qual lado da história ele estava. Para isso, conta histórias, insere personagens, cria diálogos como se revivesse o passado ao construir a cena. O narrador, ao se referir a esse acontecimento, ao mesmo tempo em que apresenta as críticas feitas a Brasília e a

Juscelino, as avalia no tempo presente. De forma contundente, afirma que o presidente mostrou aos que o criticavam, que não apenas deu emprego ao *povo*, como povoou a cidade e criou assim, um novo *estado*.

34

Para compreender os sentidos simbólicos da narrativa do sobralense Sebastião Severo Frota, volto-me às análises sobre a construção discursiva em torno do projeto da nova capital a partir de Ana Lúcia de Abreu Gomes (2008), Gustavo Ribeiro (2008), Laurent Vidal (2009) e Ângela de Castro Gomes (2013). Para estes, a ideia da construção de uma nova capital para o Brasil, concretizada pelo Governo Juscelino Kubistchek (1956-1961), não foi unanimidade entre os brasileiros como também não foi uma invenção dos anos 1950. Ela foi pensada em diferentes contextos, perpassando o Brasil Império, sendo citada na constituição de 1891<sup>3</sup> e voltando a ser discutida na primeira metade do século XX.

Na análise de Gomes (2008), esses discursos de legitimação da necessidade da construção e transferência da capital para

---

3 O artigo 3º da Constituição Federal de 1891 determinou: “Fica pertencente à União, no Planalto Central da República, uma zona de 14.400 Km<sup>2</sup>, que será oportunamente demarcada para nela estabelecer a futura Capital Federal” (GOMES, 2008, p. 134).



o interior estavam pautados em pensamentos de uma “tradição intelectual e política”, defendida desde o século XVIII, de que, “[...] o âmago, o cerne, o verdadeiro Brasil estaria no interior” (p. 16). Ao conseguir tal empreitada, o País realizaria “[...] o encontro do Brasil consigo próprio, com o que seria sua verdadeira identidade [...]” (*Ibidem*). Em sua análise, “O Governo JK [...] promove uma viagem na memória nacional, recuperando e selecionando argumentos, dando-lhes coerência, enfim, buscando fazer com que o futuro, o devir, fosse aquilo que fora projetado” (GOMES, 2008, p. 43). Ao mesmo tempo em que projetava o futuro, aparou-se em discursos construídos no passado com temas como Bandeiras, a Marcha para o Oeste, o “Descobrimento”, a “Independência” e a Proclamação da República. Nas propagandas, até mesmo no discurso presidencial, buscaram relacionar a transferência da capital a diferentes eventos considerado nacionalistas e patrióticos do povo brasileiro. Era representada como a “segunda descoberta”, ou ainda, a “segunda independência” do Brasil.

35

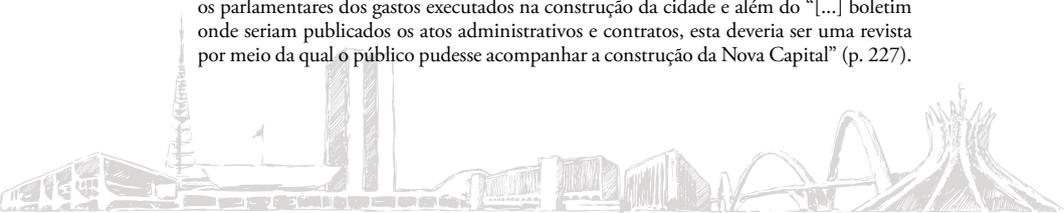
Assim, os discursos de divulgação da nova capital eram veiculados em matérias na imprensa<sup>4</sup>, em rádio, palestras, cinejornais<sup>5</sup> e revistas. Existia ainda a *Revista Brasília*, pertencente à Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap), esta, segundo Ribeiro (2008), foi aprovada pela Lei nº 2.874, de 19 de setembro de 1956, que além de ser responsável pela contratação de serviços de empresas particulares, pela fiscalização, promovia Brasília nas páginas dessa revista.

Não apenas a empresa, mas o próprio presidente era responsável por divulgar Brasília junto à população: “Conferên-

---

4 Conforme a autora, as matérias pagas pela Novacap em revistas como *Manchete* e *Cruzeiro* tinham como objetivo propagandear as obras do governo, embora esses objetivos nem sempre fossem explicitados para o público.

5 Para Ana Lúcia de Abreu Gomes (2008), a revista foi criada com o objetivo de informar os parlamentares dos gastos executados na construção da cidade e além do “[...] boletim onde seriam publicados os atos administrativos e contratos, esta deveria ser uma revista por meio da qual o público pudesse acompanhar a construção da Nova Capital” (p. 227).



cias, exposições, seminários, caravanas de integração nacional são algumas das promoções oficiais, tendo como leitmotiv a ‘nova era que instauraria Brasília’, realização da ‘nacionalidade Brasileira’” (RIBEIRO, 2008, p. 46).

Neste sentido, Ângela de Castro Gomes (2013) analisa a construção de Brasília como efeito de uma política do Estado, que vinha sendo pensada por parte das elites brasileiras desde o início dos anos 1930, que pensava em modernizar e organizar o Brasil e criar uma imagem urbana, industrial e “civilizada”, que viesse a superar a imagem “colonizada e atrasada” do País de então. Mesmo discordando quanto à maneira como esta política iria acontecer, acordavam que o Estado tinha papel central nesse processo. Por isso, durante os anos 1930 a 1960, palavras como território, povo, organização, modernização e desenvolvimento tornaram-se palavras essenciais na atuação do Estado. Não é por acaso que estas palavras aparecem com constância nas falas de Sebastião. Sua representação volta-se para o discurso do povoamento do Brasil a partir da construção da Capital Federal.

36

Exemplo dessa justificativa histórica da transferência da capital está no livro “Porque construí Brasília”, de autoria de Juscelino Kubistchek. Na autobiografia narrou a “corporificação da ideia” a partir de dois argumentos: ao mesmo tempo que apresenta a ideia da transferência como surgida do “nada”, atribui como a concretização de um sonho antigo, a ideia surgiu no período colonial, a partir da Inconfidência Mineira, passando por diferentes fases da história”, mas coube a ele “[...] levar a efeito a audaciosa tarefa. Não só promovi a interiorização da Capital, [...] construí, em pouco mais de três anos, uma metrópole inteira – moderna e urbanisticamente revolucionária –, que é Brasília” (OLIVEIRA, 2000. p. 05).

Assim, a decisão de mudar a capital do Brasil era uma vontade histórica, um desejo do povo, que ele, como governante,



apenas implementaria. Além de promover a tão sonhada “integração nacional”, o governo realizaria “o trampolim para a Amazônia”. Para isso, investiu em construções de inúmeras estradas<sup>6</sup> que ligariam o Centro-Oeste à economia nacional (RIBEIRO, 2008).

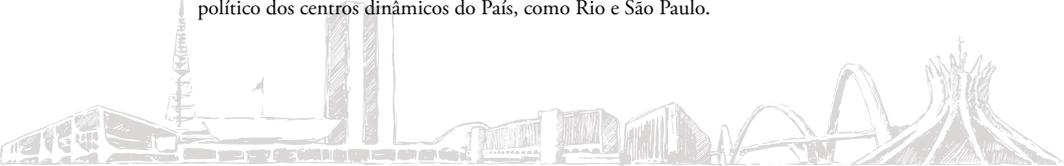
De acordo com Vidal (2009), no desenvolvimentismo proposto por Juscelino, a modernidade brasileira não era um “horizonte” a ser buscar, mas algo possível: um Brasil capitalista, organizado, urbano e industrial. Neste sentido, Brasília era pensada de um ponto de vista da “racionalidade técnica”, ao mesmo tempo em que se tornou “instrumento privilegiado para a criação de mitos fundadores”, tornando-se o “altar” em que a nação brasileira poderia ser exaltada.

Conforme o autor, a escolha do local ocorreu por fatores geopolíticos, econômicos e higienista,<sup>7</sup> no entanto, na “dramaturgia da fundação”, o governo buscou associá-la a uma providência divina, dando-lhe dimensão “mítico-religiosa”, associando-a ao sonho de Dom Bosco, fundador da congregação dos salesianos, que em 1883, sonhou que na terceira geração surgiria uma “Grande Civilização”, uma “Terra Prometida, donde manam leite e mel”. Assim, a construção de Brasília era, portanto, um “ato de fé”, e “o leite e o mel são na interpretação desse sonho, os símbolos bíblicos da opulência e da doçura do viver” (2009, p. 248). Assim, a capital construía seus mitos fundadores à medida em que era erguida.

Além de símbolos religiosos, estes “atos de fundação” visavam legitimá-la na história da nação, do grupo que ela fundava, associando assim, a história da capital à história da nação: “a

6 Entre as entradas construídas na época, o autor destaca Brasília-Fortaleza, Brasília-Acre, Brasília-Belo Horizonte, Brasília-Rio de Janeiro, Brasília-São Paulo-Porto Alegre e a estrada Belém-Brasília (RIBEIRO, 2008). Foi durante a construção da Estrada Belém-Brasília que ocorreu a morte do engenheiro Bernardo Sayão.

7 Boris Fausto (2013) entende que, do ponto de vista econômico e político, a transferência da Capital do Rio de Janeiro para Brasília representou o afastamento do poder político dos centros dinâmicos do País, como Rio e São Paulo.

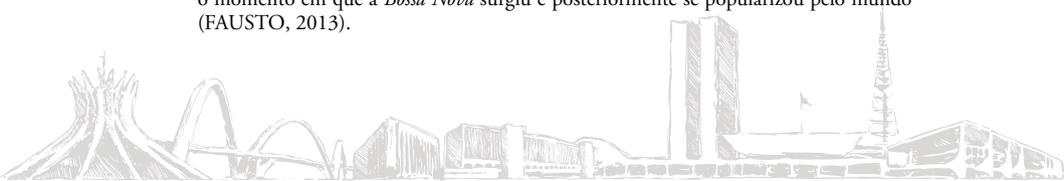


cidade inscreve-se na história ao passo que apresenta-se como o ponto de partida de uma nova história” (VIDAL, 2009, p. 243). Para autor, no Brasil, em todos os períodos nos quais se pensou a transferência da capital do País, foram “momentos de rupturas do elo social e cultural que une os brasileiros, em que a unidade e as identidades nacionais são questionadas” (2009, p. 18).

Não podemos esquecer do contexto político em que a nova capital foi construída. Juscelino assume o poder em momento de crises, tanto na política nacional como internacional, além disso, o autor chama atenção para o fato do “trauma” que o País vivia após a morte de Getúlio Vargas, em 1954, fato este que afetou a imagem do Brasil enquanto nação, e em poucos meses, o País voltou a alcançar visibilidade internacional com a copa de 1958, criação da bossa nova<sup>8</sup> e da nova capital. Desse modo, com seu “Plano Metas”, Juscelino Kubistchek, sob o slogan “50 anos em 5”, oferecia a chance de desenvolver o País de forma acelerada e promover a esperança do brasileiro em torno de suas realizações. Assim, a mudança da capital como um “ato político” que vai além da dimensão geopolítica foi: “[...] um gesto original e altamente representativo da particularidade política do governo Kubitschek; como revelador de uma nova cultura política, de um novo projeto para o Brasil moderno: o desenvolvimentismo” (VIDAL, 2009, p. 185).

Brasília concentrava assim, as propostas do seu Programa de governo e, através da capital, ele propôs “[...] dar um novo direcionamento à economia nacional (do litoral para o interior e não mais para o exterior) e, sobretudo, dinamizar a indústria em um prazo relativamente curto, graças aos investimentos

8 O governo JK foi marcado pelo otimismo e pela simpatia do presidente, foi também o momento em que a *Bossa Nova* surgiu e posteriormente se popularizou pelo mundo (FAUSTO, 2013).



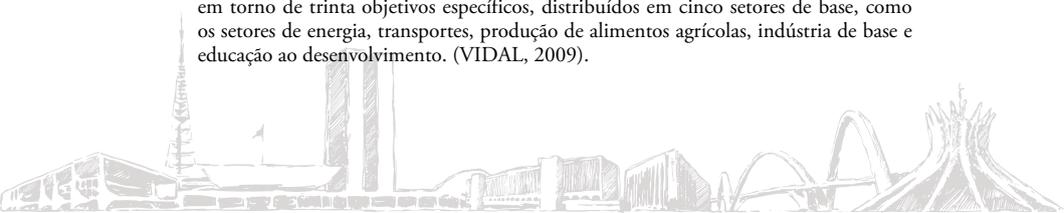
massivos do Estado”<sup>9</sup> (VIDAL, 2009, p. 194). Ainda segundo o autor, a capital tornou-se um projeto de sociedade em que a modernidade e nacionalismo estão imbricados. Nele, a modernidade era capaz de produzir o nacionalismo, pois era capaz de realizar o “rito de passagem do Brasil colonial para o Brasil moderno. “Esse nacionalismo era “quase desprovido de elementos políticos’, uma vez que nele, a “nação era idealizada como a expressão de um povo” (VIDAL, 2009, p. 189).

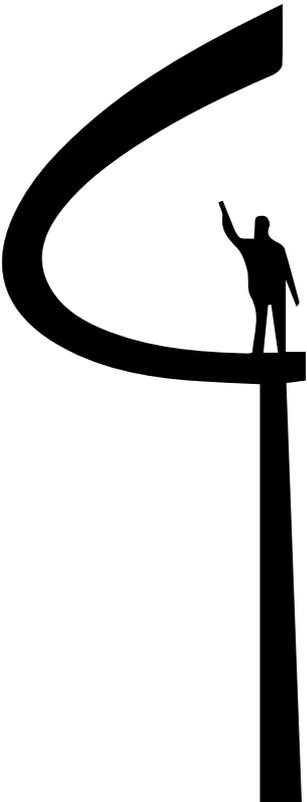
Os sentimentos patrióticos e nacionalistas relacionados a Brasília tiveram presentes nas ruas do País, até mesmo no Rio de Janeiro, em ranchos de carnaval de 1959, que desfilavam pela avenida Rio Branco: “Índios do Leme” desfilou ao som da Marcha “Desperta, Brasil” e, em suas alegorias, celebraram “o grito de independência”, a figura de Getúlio Vargas, o progresso e “Glória aos campeões do mundo” da copa de 1958. Em seu enredo, Brasília “Simbolizava o despertar do gigante que outrora dormia em berço esplêndido” (Última Hora, Rio de Janeiro, 11 fev. 1959, p. 4.).

De fato, o rancho carnavalesco traz elementos-chaves dos discursos veiculados sobre a nova capital, que prometia dar um novo rosto para o País da época. Para aqueles que lá chegavam era a oportunidade de dar um novo significado à sua vida.

---

9 Segundo o autor, a proposta do desenvolvimentismo era concreta porque se articulava em torno de trinta objetivos específicos, distribuídos em cinco setores de base, como os setores de energia, transportes, produção de alimentos agrícolas, indústria de base e educação ao desenvolvimento. (VIDAL, 2009).





## “TINHA CABOCO QUE ANDAVA DORMINDO EM PÉ”

Brasília, embora não fizesse parte no Plano de Metas inicial, logo se tornou prioridade no governo de Juscelino Kubistchek, que prometeu construir e inaugurá-la antes do fim do seu mandato. Assim o fez. Inaugurada no 21 de abril de 1960, no dia em que se comemora o mártir da independência, Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes. Mas para isso, precisou convencer a população da necessidade de tal feito. E como defende Ribeiro (2008), o canteiro de obras tornou-se promissor para o discurso da construção de Brasília como um projeto de identidade nacional. Assim, em nome dessa “temporalidade’ [...] ritmo adquire uma excepcionalidade tamanha que passa a ser conhecido como o rótulo do produto final: o célebre ritmo de Brasília” (RIBEIRO, 2008, p. 153).

41

Várias práticas e discursos foram produzidos a fim de estimular o ritmo intenso de trabalho: o incentivo a “hora extras e viradas”; visitas realizadas pelo presidente aos canteiros e obras; propagação do mito do “herói-povo”, que tinha na imagem do candango, o herói nacional do trabalho” (VIDESOTT, 2008).

A pressa para a conclusão da obra a tempo da inauguração era tanta que para estimular “espírito Brasília” nas casas de prostituição da Cidade Livre havia “vários cartazes [que] incentivavam os homens ao trabalho. Um deles diz: ‘Dá duro, irmão, que o futuro está pra ti!’” Outro: “Se gostas de mim, faz tudo por Brasília”. (*Revista Manchete*, Rio de Janeiro, 23 abr. 1960, p. 27). Outra matéria diz que o ritmo de trabalho era tão intenso



que “não havia tempo para chorar a morte de um candango que caiu de um edifício” (*Revista Manchete*, 30 de abr. 1960).

Em seu livro *Por que construí Brasília* (2000), o presidente enfatiza que, para que o ritmo fosse mantido, era cada vez mais necessária a sua presença em Brasília e que, por isso, utilizou o avião Viscount, de fabricação inglesa, que era moderno e permitia deslocamento rápido. Ele apresenta ainda a sua intenção ao visitar o canteiro de obras: “[...] Eram visitas de inspeção com o objetivo de estimular os operários, fazendo com que eles batassem recordes de velocidade na execução das obras de que estavam encarregados” (2000, p. 68).

Assim, o sucesso de seus empreendimentos se dava, segundo ele, em decorrência de um planejamento técnico e de seu empenho e “destinação” a fiscal de obra. Todo esforço culminava “[...] com o verdadeiro recorde da construção de Brasília, erguida do nada e inaugurada – já uma metrópole completa – no exíguo período de três anos e dez meses” (OLIVEIRA, 2000, p. 36). No trecho a seguir, ele apresenta a sua estratégia infalível:

Conversava com os operários, lembrando-lhes a necessidade de que a cidade ficasse pronta no prazo prefixado. A advertência era positiva, mas cordial, e quase sempre levada a efeito através deste diálogo: “Como é, meu velho, vai me dar esta obra na data marcada?” Um largo sorriso iluminava o rosto do operário. E a resposta vinha pronta, como se já estivesse desde muito na ponta da língua: “É claro, presidente. Pra que a gente ‘tá dando esse duro?’” (OLIVEIRA, 2000, p. 93).

O momento da visita de Juscelino ao canteiro de obras foi apresentado também pelo trabalhador Sebastião Severo Frota:



A vala de esgoto de três metros, ou dois metro e setenta, aí eles trabalhando lá, não via nem ele. Ele rebolava uma pedrinha, eles espivavam pra cima, ele dizia “Trabalha com jeitinho pra num se acidentiar. Cuidado pra não se acidentiar [...]”. Saía, deixava o carro e o segurança aqui e saía na vala de esgoto [...]. Ele saía dando com a mão assim... e o segurança ficava no carro (Entrevista, 12 mar. 2013).

Para Ribeiro (2008) e Sousa (1983), as visitas realizadas pelo presidente ao território da construção eram acontecimentos “quase mitológicos” e contribuíram para legitimá-lo entre os trabalhadores como um presidente benfeitor e carismático. Desse modo, ao descer do avião, o mito do poder se desfaz e se reforça, quando Juscelino, sem a presença de seguranças, misturava-se aos candangos no canteiro de obras.

A chegada do presidente ao canteiro de obras era um momento de euforia entre os trabalhadores. O uso do avião é sempre lembrado por esses trabalhadores. Quando o presidente chegava de avião, era um momento de impacto para os trabalhadores, porque o meio de transporte utilizado o diferenciava dos demais, ao mesmo tempo que, quando o presidente se misturava aos trabalhadores, tornava-se um igual. Possivelmente, nunca tinham visto um presidente de perto e um avião, pois o máximo que haviam usado para se locomover teria sido um caminhão “pau de arara”.

A simplicidade do presidente ao visitar as obras ficou registrada pelo poeta popular e ex-trabalhador da construção de Brasília, Sebastião Varela, no cordel *O candango na fundação de Brasília* (1981), que exalta a simplicidade do chefe da nação junto aos trabalhadores: “Veja que são poucos homens / Desta grande posição / Aceitar um cafezinho / Da chaleira do pião [...]” (VARELA, 1981, p. 83).

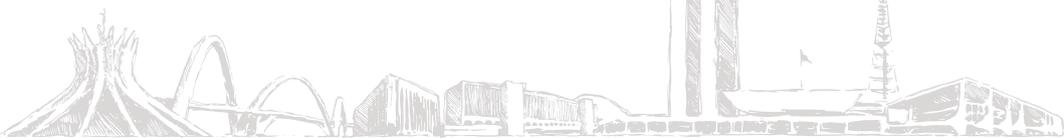


O sobralense Sebastião conta a história repetindo a informação de que Juscelino deixou o segurança no carro e fazia a visita sozinho. Se, por um lado, o presidente demonstrava despreocupação com a segurança pessoal, por outro, demonstrava preocupação quanto à vida de seus trabalhadores, situação que reforçava o discurso da confiança depositada por ele nos trabalhadores responsáveis pela construção da Capital.

Nesse sentido, Juscelino conquistou os trabalhadores com o abraço, com o cuidado e a atenção que dedicava a eles, ao chegar ao canteiro de obras. Tudo isso fez criar o mito de homem simples e próximo do povo. Em acordo com Bizello (2008), a imagem carismática e popular de Juscelino é fruto de uma “construção” e “fabricação”, que contribui para a “monumentalização” de sua memória, que teve início ainda na época da construção capital. A imagem do presidente enquanto “mito político” foi construída também nas páginas das revistas *Manchete* e *O Cruzeiro*, que foram fundamentais na divulgação do seu programa de Governo. As imagens vinculavam o presidente a suas obras com imagens do uso do avião, o que contribuiu para validá-lo como presidente “dinâmico, visionário e moderno”, pois essas representavam o símbolo da modernidade e da velocidade, que eram características de seu Governo.

A memória em torno do presidente popular e carismático propõe uma breve reflexão acerca do significado da palavra popular, ou melhor dizendo, da categoria populismo<sup>1</sup>. Conforme Ângela de Castro Gomes, a palavra populismo é uma categoria “polissêmica” e deve ser pensada como um “mito político”, integrado ao imaginário social brasileiro. Nas palavras da autora, “mitos políticos são construções modernas”, que

1 A quem deseja se aprofundar no assunto, ver os seguintes trabalhos: GOMES, Ângela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil. In: FERREIRA, Jorge (Org.). **O populismo e sua história**: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001; GOMES, Ângela de Castro. Reflexões em torno de populismo e trabalhismo. **Varia História**, Belo Horizonte, nº 28, dezembro 2002; GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005. 1ª edição de 1988.



para se legitimar utilizam-se de uma intensa propaganda, e surgem quando a política se torna essencial para uma sociedade e quando “as massas” se tornam incontáveis e temidas, “[...] quando assumem a forma de uma personalidade, cumprem um papel de guias para um povo, devendo ser facilmente reconhecidos e seguidos” (GOMES, 2013, p. 29). Nesse sentido, Juscelino era mais um representante dessa postura política em que o papel do líder era fundamental.

Além das visitas aos canteiros de obras e dos discursos que definiam a construção da cidade como um anseio da nação, outros fatores contribuíram para a adesão ao ritmo intenso de trabalho. Havia várias formas de exploração, como o incentivo às horas extras, existência de “viradas”, bem como o trabalho aos domingos e feriados. De acordo com Ribeiro (2008), havia um fascínio por aumentar o salário através das horas extras, pois estas possuíam “preço superior às jornadas de trabalho legal” (p. 153).

A adesão a jornadas extensas de trabalho causava danos à sua saúde, pois passavam mais de 24 horas acordados, situação essa que, aliada à falta de equipamentos de segurança, causava vários acidentes. De acordo com Sousa (1983), os acidentes no canteiro de obras eram constantes, ocorriam tanto pela falta de experiência da maioria na construção civil como pela falta de instrumentos de segurança, como capacetes, cintos, luvas e botas. Apesar dessas situações, da adesão às horas extras e às “viradas”, que tinham duração de dois a três dias, muitas empresas não pagavam corretamente o acréscimo do preço das horas de trabalho e não ofereciam férias e indenizações, havendo ainda demissões injustas. Além disso, os trabalhadores não contavam com órgãos como o Ministério do Trabalho ou a Justiça do Trabalho que pudesse garantir seus direitos. Para resolver questões trabalhistas, procuravam cidades próximas, como Luziânia, Formosa e Planaltina (JOFFILY, 1997; RIBEIRO, 2008; SOUSA, 1983).



Desse modo, não estando amparados por órgãos da Justiça do Trabalho nem por uma atuação de um sindicato, muitos trabalhadores elaboraram táticas no cotidiano para resolver suas questões coletivas e/ou individuais. As negociações ocorriam no cotidiano e no próprio chão do canteiro de obras. Essas questões eram resolvidas com negociação de conflitos, burla ao trabalho, ou até mesmo por meio da violência, como quebra-quebra nas empresas, conforme pude perceber a partir das experiências analisadas na minha pesquisa de mestrado e do diálogo com a historiografia crítica de Brasília.

Sebastião, ao narrar sua experiência de trabalho em Brasília avalia que embora ganhasse pouco, ele tinha facilidade de conseguir dinheiro. Lembra que na época que lá trabalhava mandava “muito” dinheiro para seu pai e sua mãe, que estavam no Ceará. Na entrevista, o trabalhador também destaca a adesão às horas extensas de trabalho: “[...] olha, nós trabalhava de noite e de dia, tanto que o camarada quisesse trabalhar. Tinha caboclo que andava dormindo em pé, porque o camarada, trabalhando muito, não aguentava” (FROTA, 12 mar. 2013).

Ao mesmo tempo em que afirma ter aderido a muitas horas de trabalho, Sebastião apresenta suas “astúcias”, vivenciadas no canteiro de obras, para “enganar” os fiscais e conseguir cumprir “as horas de trabalho”:

**Sebastião:** A gente dormia dentro do escoramento, né! Escoramento cheio de pau escorando a pedra, esperando secar pra tirar o escoramento. Nós entrava pra dentro do escoramento e só saía quando era pra marcar o cartão pra ir se embora.

**Cosma: Mas o que que vocês ficavam fazendo dentro do escoramento?**

**Sebastião:** Ora! Nada! [risos]. Se escondendo pra não trabalhar. Nós inventava até de desentortar prego, né, desentortar prego [risos]. O



Zé Vicente, meu irmão, gostava de ficar desentortando prego.

**Cosma: Desentortando prego?**

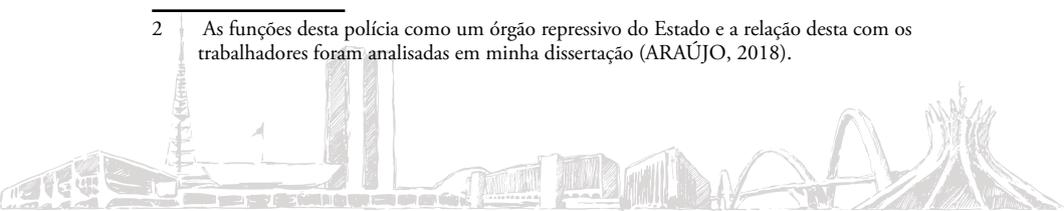
**Sebastião:** É, desentortando prego pra usar de novo. Arrancava das tábuas aqueles que tava torto pra desentortar, batendo até ficar linheiro, pra trabalhar de novo. O Zé Vicente, encarregado de botar de volta, botava no serviço, a negada voltava desentortar prego [risos], era uma brincadeira (Entrevista, 12 mar. 2013).

Mesmo que o trabalhador tenha contado essa situação como uma brincadeira e de forma a evidenciar a “trapaça” para burlar a fiscalização, essa situação representa o cansaço do labor cotidiano. Essas práticas eram tão comuns que eram bastante vigiadas pela polícia. Muitas vezes essa vigilância era feita até mesmo pela polícia da época: a Guarda Especial de Brasília - GEB<sup>2</sup>.

Assim, a expressão “dormir em pé” resume a realidade de muitos trabalhadores, que ao se dedicarem exaustivamente ao trabalho, não conseguiam ficar acordados para a execução dos serviços. Todas as estratégias mantidas pelas empresas e pelos discursos oficiais tinham por objetivo principal manter o trabalhador vinculado ao trabalho, aceitando o ritmo acelerado das obras, abrindo mão das leis trabalhistas e de suas condições de vida e de saúde.

É inegável que as práticas e os discursos tinham grande poder de convencimento, pois usavam de uma propaganda que mexia com o orgulho do brasileiro, que construía não só uma cidade, mas a nova capital do País. No entanto, os trabalhadores não eram meros receptores dos discursos, transformavam a sua medida no cotidiano da construção. Recorrendo aos conceitos de Certeau (CERTEAU; GIARD; MAYOL,

2 As funções desta polícia como um órgão repressivo do Estado e a relação desta com os trabalhadores foram analisadas em minha dissertação (ARAÚJO, 2018).



1996), podemos afirmar que usavam da criatividade e das invenções cotidianas, das “táticas de resistência” para “burlar” as estratégias das empresas para mantê-los sob dominação.

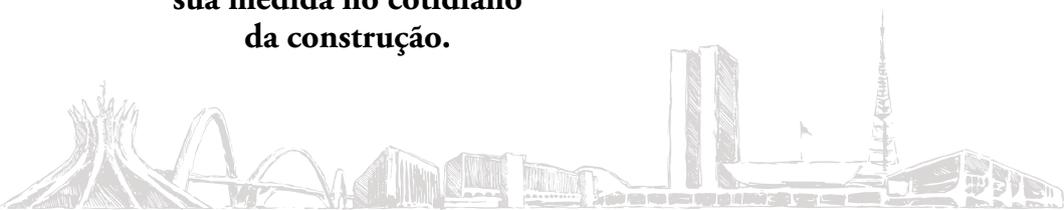
Não podemos esquecer que no Governo de Juscelino Kubistchek “[...] o desenvolvimentismo é, antes de tudo, uma construção pessoal, resultante de um percurso político original que ele consegue pouco a pouco impor a todos como a única solução para as dificuldades do Brasil” (VIDAL, 2009, p. 187). Não apenas o desenvolvimentismo, mas a própria construção de sua imagem enquanto político, foi construída ao longo de seu Governo, essa construção acabou por transformar-lhe em mito popular (BIZELLO, 2008).

Conforme Heloísa Pacheco Cardoso, a narrativa mitológica em torno de JK e do desenvolvimentismo é realimentada de diferentes formas no tempo presente, o que acaba por reforçar a cristalização de uma memória do mito e do herói: “as retomadas das interpretações sobre o Brasil dos anos 50 cumprem o seu papel na politização dessa história que se pretende única e verdadeira, como uma prática social que busca hegemonia nas relações de poder vividas no país” (CARDOSO, 2007, p.

174). Assim, a autora defende que a escrita da história das narrativas dos trabalhadores pode revelar outras práticas e “outras memórias” sobre aquele período que se apresentam em suas multiplicidades. É em busca dessa multiplicidade de experiências e memória que se inclui a historiografia crítica de Brasília, entre elas a escrita desse texto.

48

**É inegável que as práticas e os discursos tinham grande poder de convencimento, pois usavam de uma propaganda que mexia com o orgulho do brasileiro, que construía não só uma cidade, mas a nova capital do País. No entanto, os trabalhadores não eram meros receptores dos discursos, transformavam a sua medida no cotidiano da construção.**



## “QUEM DESCOBRIU O BRASIL FOI UM BRASILEIRO DO SERTÃO DE MINAS GERAIS”

**Sebastião:** Você sabe o que é uma colônia?

**Cosma:** Uma colônia?

**Sebastião:** Eu tô perguntando a vocês se tu sabe... na administração dos País? **Cosma:** De primeiro tinha, hoje em dia não tem mais, uma colônia.... Vocês não sabe, né? [...] É quando um País é mandado por outro, governado por outro. Hoje em dia não tem mais, mas de primeiro tinha, viu. [...] Aí chama a colônia fulano de tal, nós fomos uma colônia portuguesa 322 anos, nós fomos uma colônia portuguesa.

**Cosma:** Ah!!!

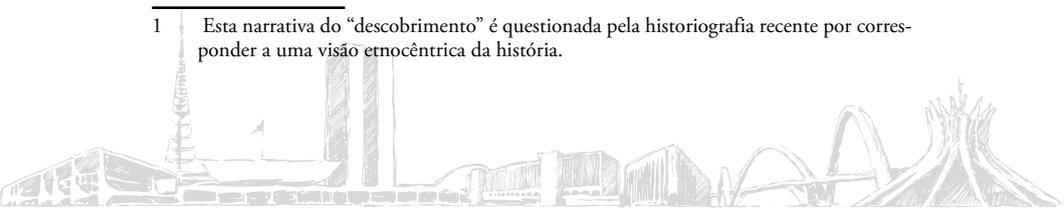
**Sebastião:** Quem foi que descobriu o Brasil?

**Cosma:** Foi Pedro Álvares Cabral?<sup>1</sup> [risos]

**Sebastião:** José Alves Vazes Caminha, é que tava com uma carta em mãos para entregar ao rei de Portugal... Esta onda de Pedro Álvares Cabral de descobrir o Brasil, nada disso! [...] Quem descobriu o Brasil foi um Brasileiro do Sertão de Minas Gerais, José Alves Caminha . O que acontece? O barco do homem foi no fundo

49

1 Esta narrativa do “descobrimento” é questionada pela historiografia recente por corresponder a uma visão etnocêntrica da história.



do mar... E quem é que sabe? Aí ele assinou a carta. Ele leu a carta, não tinha... aí ele assinou, mas não foi ele que descobriu o Brasil.

**Cosma: Como foi que você ficou sabendo que foi esse brasileiro?**

**Sebastião:** Porque eu sei, né. Só eu sei mesmo. Eu sei. [...] Não foi Pedro Álvares Cabral que descobriu o Brasil porra nenhuma. O Portugal é quem botava o rei aqui no Brasil e quem tirava...

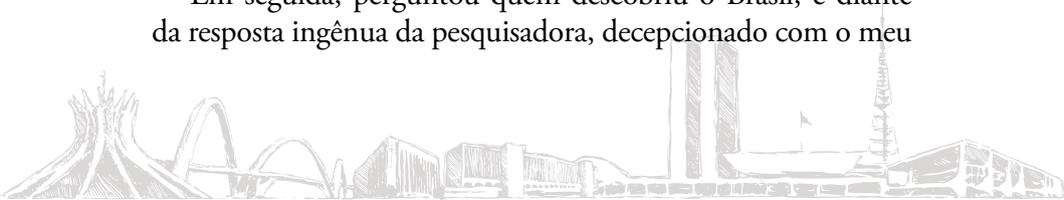
50

Senhor Sebastião Severo Frota nasceu fazenda Pedra Branca localizada atrás da Universidade Estadual Vale do Acaraú, que na época chamava-se Lagoa Grande. Nosso encontro ocorreu no ano de 2013. Marquei com este senhor, através de um colega de curso que havia me falado de suas histórias sobre Brasília. Chegamos no horário marcado, mas o senhor Sebastião não estava, havia ido ao comércio para comprar seu lanche da tarde. Esperamos por uns 15 minutos na porta da sua casa, quando então ele chegou.

Um homem simples, de baixa estatura, com uma camisa gola amarela e um boné azul. Ele entrou, nos deu boa tarde, deixou seu queijo sobre a mesa, sentou em uma rede disposta na sua sala e esperou começarmos. Nos apresentamos. Avisei que iria ligar a câmera, e antes mesmo que eu iniciasse qualquer questão, ele começou a nos interrogar sobre temas da História oficial do Brasil.

Diante da pergunta, aparentemente descontextualizada, *o que é uma colônia?*, eu e o cinegrafista nos olhamos e sorrimos sem compreender o sentido de tal questionamento. O sorriso era de embaraço, mas respeitoso. Em seguida, o narrador foi dando sentido às perguntas não respondidas por mim, que diante do entrevistado, aparentava desconhecer a História do País.

Em seguida, perguntou quem descobriu o Brasil, e diante da resposta ingênua da pesquisadora, decepcionado com o meu



“não saber”, Sebastião balançou a cabeça, faz sinal de negação e disse: “foi um brasileiro do sertão de Minas Gerais”. Explicou a história da colonização e do seu “descobrimento”, realizado não por Pedro Álvares Cabral, como aponta a História oficial, mas por um Brasileiro, antes mesmo do Brasil existir.

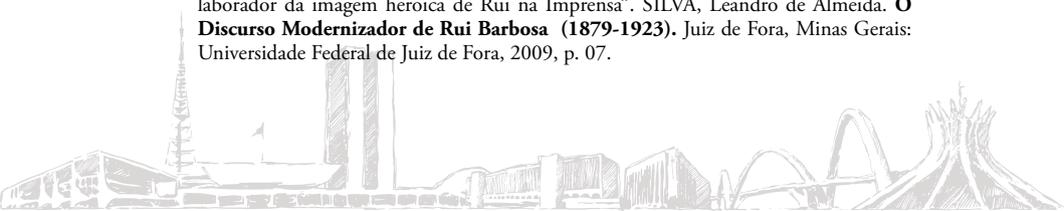
Após explicar o equívoco histórico da narrativa oficial sobre o descobrimento do Brasil, Sebastião contou o triste destino de Dom Pedro II que, após ser expulso do “reino do Brasil”, foi “[...] mendigar o pão de cada dia, lá pelas ruas de Paris, na França, um rei viu?” E logo advertiu: Dom Pedro I havia “levantado a espada em punho” contra o rei português, e que por isso, o ex-imperador não pôde retornar a Portugal, fazendo menção à independência e também à Proclamação da República, que destituiu a monarquia no Brasil.

Como em sua narrativa uma história leva a outra, contou-nos o porquê do povo brasileiro ser “o rei da sabedoria e do futebol”. Para tanto, rememorou fatos como a ida de Rui Barbosa a uma conferência na Inglaterra<sup>2</sup> para “representar o Brasil”, ocasião em que ficou conhecido como o melhor representante dos países ali presentes, pois impressionou a todos ao discursar em 26 idiomas, incluindo o nosso. “[...] Nós temos o nosso idioma: É guarani! Não é qualquer país que tem.” Por fim, concluiu reafirmando sua indignação inicial: “falamos português porque fomos colônia de Portugal por 322 anos”.

Sebastião, à medida que narrava os fatos e os eventos, me interrogava e questionava meu saber acadêmico, mostrava-se

---

2 Possivelmente, o narrador tenha se referido à presença de Rui Barbosa como representante do Brasil na 2ª Conferência de Paz de Haia, na Holanda, em 1907. Participação esta que lhe rendeu o mito de “Águia de Haia”. Este, ao retornar ao Brasil, foi “[...] extremamente homenageado como portador dos interesses da liberdade e defensor da soberania nacional, evidentemente tendo um grande apoio de Rio Branco, grande colaborador da imagem heroica de Rui na Imprensa”. SILVA, Leandro de Almeida. **O Discurso Modernizador de Rui Barbosa (1879-1923)**. Juiz de Fora, Minas Gerais: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2009, p. 07.



conhecedor da história do seu país e tinha consciência de que era o protagonista daquela história.

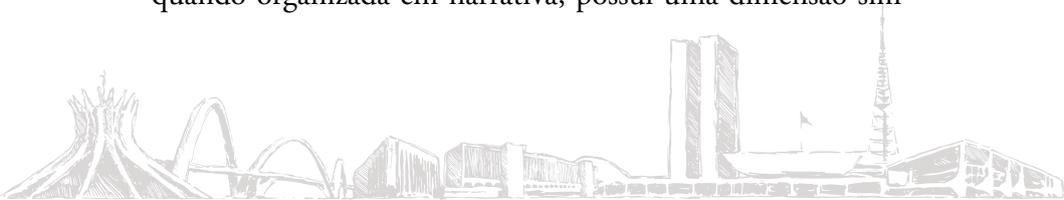
Normalmente, quando marcamos entrevistas os interlocutores fazem todo um ritual para aquele momento da entrevista. Se prepara, toma banho, veste a camisa nova e espera o pesquisador, mas ele não fez esse ritual. Na verdade, ele sabia que o mais importante naquele momento era ele, e que sem ele não haveria entrevista.

Seu discurso me faz pensar acerca do relato da fundação de Brasília, contido no livro de Juscelino Kubistchek, *Por que Construí Brasília* (2000). Neste, o presidente, ao refletir sobre a necessidade de escrever os seus objetivos quanto à construção da cidade, atribui aos historiadores a responsabilidade pela análise do tema, ao mesmo tempo reconhece que sentiu que só ele poderia “[...] contar por inteiro a origem e a formação de Brasília. Além de seu fundador, seria também o seu cronista” (s.p).

52

Sebastião, assim como Juscelino, também sentiu que ele era o melhor cronista de Brasília, e que cabia a ele recontar os fatos como aconteceram, ou pelo menos como ele desejava que tivessem acontecido. Nessa narrativa, para usar a expressão de Portelli (1996), “a filosofia vem intrínseca aos fatos”, não necessita de maiores explicações.

Ao analisar esses sentimentos nacionalistas relacionados a Brasília na narrativa de Sebastião Severo Frota, sabemos que os narradores possuem uma capacidade de criar simbologias em relação aos eventos e acontecimentos históricos para dar sentido à sua experiência narrada, e que o processo de transmissão de memórias ocorre tanto por meio da criação como da recriação e apropriação de discursos diversos, por meio de conversas, leituras, filmes, histórias, músicas, pinturas, fotografias (AMADO, 1995). Além disso, “[...] a memória, em especial quando organizada em narrativa, possui uma dimensão sim-



bólica, que a leva rapidamente a desprender-se, a descolar-se do concreto, para alçar vôos próprios” (1995, p. 134).

Assim, quando analiso a entrevista do senhor Sebastião tenho consciência que sua memória está sujeita a lembranças e esquecimentos, e que a forma como ele escolheu falar sobre sua experiência é mais importante do que o evento-Brasília.

Sebastião Severo Frota, que escapou da seca, do cativo e de trabalhar apenas em troca de comida nas fazendas de Goiás, ao narrar sua experiência na cidade, na passagem pela empresa Pacheco, refere-se à empresa como lugar de fartura. A cantina é apresentada como o lugar onde a comida “nunca acaba”. Seria ela a materialização do leite e mel? Ele considera que “A Pacheco era uma companhia boa, boa, boa mesmo! Dava muita comida... era carne, era, se o camarada quisesse ia buscar até dois bandejões, podia. Acabava um, se quisesse, ia buscar outro. Nunca acaba, lá era desse jeito.”

Esse discurso da empresa como o lugar da fartura não está presente apenas na entrevista desse trabalhador, conforme pude observar nos relatos dos trabalhadores de Coreáú, esta imagem da fartura também é evocada. Sabemos que foi nessa empresa que ocorreu um dos mais importantes e obscuros conflitos de trabalhadores envolvendo reivindicações por melhores condições de alimentação, onde a polícia foi chamada e culminou na morte e espancamento de trabalhadores, o chamado massacre da GEB, ou ainda quebra-pau da Pacheco (ARAÚJO, 2018). No entanto, os trabalhadores rememoram a empresa como lugar da fartura, eles acionam uma “memória da seca” (RIOS, 2014) para ressignificar o acontecimento da empresa.

Sebastião, apesar de não ter participado daquele conflito, pois fora admitido na empresa após a revolta, deu sua versão para os fatos. Ele os apresenta a partir da falta de legalidade na ação policial, os atribui como resultado da ação violenta da polícia, onde morreram muitas pessoas. De forma contundente-



**Sebastião, à medida que narrava os fatos e os eventos, me interrogava e questionava meu saber acadêmico, mostrava-se conhecedor da história do seu país e tinha consciência de que era o protagonista daquela história.**

te, declarou: “[...] o coronel não fez pela lei não, mandou bombardear o alojamento no meio da noite” (FROTA, 12 abr. 2013). Esta é mais uma trágica memória de Brasília, sobre a qual Sebastião teceu apenas poucos comentários, pois estava interessado em nos contar a história da nação e como ele se incluiu nela.

A comida ainda vem à memória de Sebastião ao lembrar o dia da inauguração da cidade: dia 21 de abril de 1960. Daquela marcante acontecimento lembra da fatura de comida e cerveja servida aos trabalhadores: a cerveja era servida dentro de um “tambozão de 220 litros” e os “carros de laranja sacudindo no meio da rua, era tanta laranja no dia da inauguração de Brasília!”

54

Conta que após a inauguração da cidade, retornou ao Ceará. Eis sua avaliação:

Eu voltei de doido. Eu deixei a firma, também por conta própria, né?! Aí, tinha um carro parado que vinha pro Ceará. Eu digo: “eu vou mim embora”. Mas foi uma ignorância que eu fiz, quando o carro rodou poucos quilometro, eu pensei: “oh! Ignorância que eu fiz! Eu procurava, entrava noutra firma...”.

Sua narrativa permite afirmar que Sebastião assume o discurso de que ao realizar a construção da capital, o País realizou o “rito de passagem” do Brasil colonial dependente para o Brasil moderno e interiorizado. Nos relatos de Sebastião, a apropriação desses valores está presente, vimos no início desse



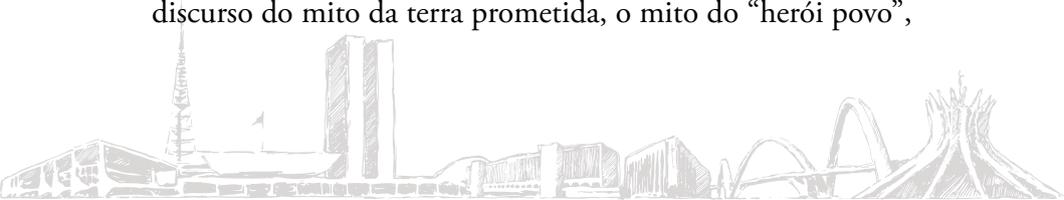
trabalho que o sobralense se apresentou como nacionalista, patriota e moderno. O homem que abominava a escravidão do século XX.

Para ele, em sua análise sobre a capital, Juscelino cumpriu a profecia de ocupar o coração do Brasil, além de ter dado emprego para o povo brasileiro, este que, enfim conclui a sua independência. Porém, em Sebastião, podemos ver as contradições e a exclusão daqueles candangos “heróis nacionais do trabalho” e que as promessas de ascensão social não foram cumpridas.

A fala do Senhor Sebastião não é a única, pois sabemos que posterior à inauguração, muitos trabalhadores retornaram aos seus lugares de origem, ou foram residir nas cidades satélites e não tiveram o direito de na cidade morar. De acordo com Ribeiro (2008), a inauguração da capital deve ser entendida como “um rito de passagem”, pois com a mesma rapidez que os trabalhadores foram recrutados, foram desmobilizados com a transferência dos três poderes e dos funcionários do governo. Essa ausência dos trabalhadores no Plano Piloto revela o processo de exclusão e a falta de reconhecimento do labor operário.

55

Sebastião, aos seus 99 anos de idade, encontrava-se cego em decorrência de acidente de trabalho ocorrido nos anos 1990. Vivia de sua aposentadoria. Seu patrimônio não passava de pouco mais do que uma rede, algumas cadeiras e sua mala, a mesma mala em que procurou seus documentos e não encontrou, depois lembrou que estavam com um membro da família que era responsável pelo recebimento da sua aposentadoria. Peço desculpas pelo excesso de detalhes, mas era esse “o candango herói de Brasília”, que mostrou sua identificação com projeto de nação proposto pela capital, e evidencia também que foi um evento que ocorreu em meio a um cotidiano de conflitos, que envolveu questões problemáticas com grandes consequências para a vida dos trabalhadores. Resquícios do discurso do mito da terra prometida, o mito do “herói povo”,



o “mito político”, estiveram presentes em sua narrativa, todos interligados ao “mito da construção da nação”.

Para Peter Burke, no processo de transmissão de memórias, utilizamos o “esquema” para lembrar de fatos e pessoas, relacionando-os a outros. Além disso, a transformação de indivíduos em mitos está relacionada ao processo de percepção consciente ou inconsciente de “enquadramentos” que sugerem “estereótipo de vilão ou herói”. O “enquadramento” leva à assimilação e “cristalização” de mitos do passado, trazidos ao presente a partir de histórias de livre circulação (BURKE, 2000, p. 77). Assim, diferentes “heróis” da história do Brasil foram utilizados na narrativa de Sebastião para criar o herói nacional, fundador da nação brasileira. Em seu relato, os antagonistas do povo brasileiro foram os portugueses colonizadores.

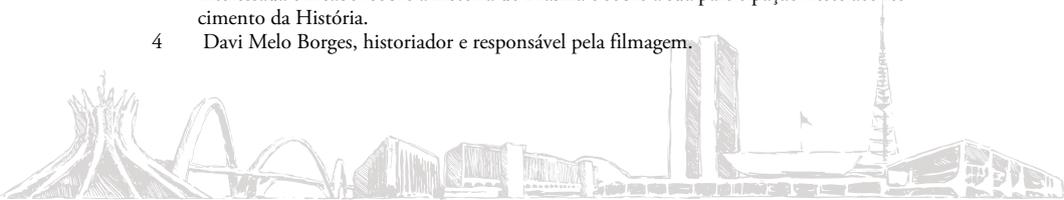
56

Sebastião narra a sua aventura apresentando-se como um trabalhador moderno, como alguém que tinha consciência da sua relevância para a História do País. Afinal, Brasília foi apenas mais uma obra, na qual iria trabalhar. Era “a transferência da capital do Rio para Brasília”. Dessa forma, o entrevistado criou a sua própria interpretação sobre os fatos e construiu a sua identidade de aventureiro, descobridor e patriota.

Ao contrário dos demais trabalhadores com quem eu já mantinha contato anteriormente e já possuía certa intimidade, aquele foi o meu primeiro encontro<sup>3</sup> com esse narrador. Suas indagações chegaram a mim e ao amigo Davi Borges<sup>4</sup> com surpresa e espanto. Estávamos extasiados com o conteúdo e com a desenvoltura com que Sebastião tecia suas histórias. E, infelizmente, aquele foi nosso primeiro e último encontro,

3 O encontro foi intermediado por Roberto Cavalcante, historiador e vizinho do Senhor Sebastião Severo Frota. Eu sabia apenas que ele era um ex-trabalhador de Brasília e que era um bom contador de histórias. Ele sabia que eu era uma pesquisadora que estava interessada em saber sobre a história de Brasília e sobre a sua participação neste acontecimento da História.

4 Davi Melo Borges, historiador e responsável pela filmagem.



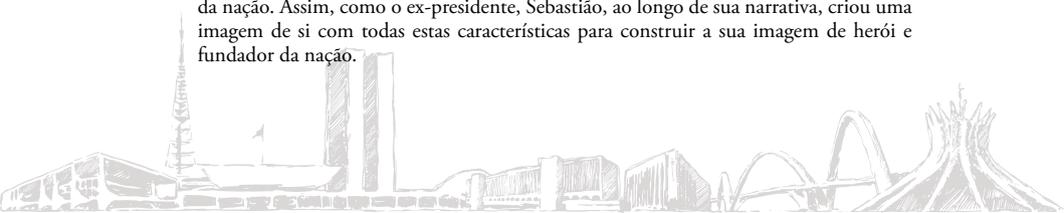
pois faleceu duas semanas após a entrevista, sem “receio e serenamente”, deu “o primeiro passo ao caminho da eternidade” e saiu “da vida para entrar na História”, assim como um grande personagem da História do Brasil.<sup>5</sup> Em razão de seu falecimento, não tive como atender ao pedido de retornar à sua residência e ouvir “toda a história dos presidentes que governaram o Brasil”. Mas, antes de partir, nos apresentou a História da fundação da nação por meio da construção da capital do Brasil no interior do País, realizado pelo Brasileiro, assim como Juscelino, que inventou o Brasil antes mesmo do Brasil existir.

Esse narrador se apropriou de muitos discursos, como a interiorização da capital e a ocupação do território nacional a partir da construção de Brasília para criar o mito da fundação nacional, utilizando-se para tal uma compilação de nomes e eventos para criar o herói nacional: José Alves de Caminha, o personagem central da narrativa.

Isso pode ser uma associação da imagem do escrivão que acompanhava a frota portuguesa no “descobrimento” com Joaquim José da Silva Xavier, considerado pela história oficial “mártir” da Inconfidência Mineira, ou a José Bonifácio, um dos responsáveis por um dos projetos de mudança da capital no Império. Todavia, esse brasileiro poderia ser tanto Juscelino Kubistchek como o próprio Sebastião Severo Frota, ou até mesmo um simples José. Enfim, um homem do povo, de coragem e bravura, elementos estes presentes no imaginário social brasileiro.

Os eventos históricos selecionados por ele, estão em “descobrimento”, “Independência” e “Proclamação da República”.

5 Carta testamento de Getúlio Vargas, escrita no Rio de Janeiro, em 23 de agosto de 1954. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/plenario/discursos/escrivendohistoria/getulio-vargas/carta-testamento-de-getulio-vargas>. Acesso em: 22 dez. 2017. A analogia à carta de Getúlio Vargas é uma comparação à construção da imagem do governante como grande homem, como defensor dos pobres, oprimidos e da nação. Assim, como o ex-presidente, Sebastião, ao longo de sua narrativa, criou uma imagem de si com todas estas características para construir a sua imagem de herói e fundador da nação.



E a ideia que interliga uma história à outra é a sua indignação quanto ao fato de termos sido “colônia de Portugal por 332 anos”. Ele transforma o brasileiro em herói e responsável pela sua própria história. Além disso, a narrativa continua com a expulsão do último representante de Portugal do Brasil.

Desse modo, Sebastião, ao expulsar todos os representantes portugueses do Brasil e ao atribuir ao brasileiro do sertão de Minas Gerais a reponsabilidade pelo “descobrimento”, cria o seu próprio mito fundador: o da nação livre e independente, sendo representada internacionalmente através de Rui Barbosa. Em sua narrativa, somos um país independente e que se quer moderno, pois não somos “qualquer país” e muito menos qualquer povo. Ele, assim como o próprio presidente, “descontextualizou” Brasília e a História do Brasil para contar uma história nacional voltada para o progresso dos homens e da sociedade (VIDAL, 2009), ao mesmo tempo que revelou as contradições desse projeto de nação.



## REFERÊNCIAS

AMADO, Janaina. O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral. *In: Revista História*, São Paulo, v. 14, p. 125-136, 1995 [online]. Disponível em: <https://vdocuments.mx/documents/amado-o-grande-mentiroso.html>. Acesso em: 10 ago. 2018.

ARAÚJO, Cosma Silva de. **Os significados do “quebra-pau da pacheco” nas narrativas orais dos trabalhadores migrantes da construção de Brasília, 1959**. 2018. 190 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico ou Profissional em XX) – Universidade Estadual do Ceará, 2018. Disponível em: <http://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=84919>. Acesso em: 9 abr. 2022.

BENJAMIN, Walter. O Narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. *In: Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BIZELLO, Maria Leandra. **Entre fotografias e fotogramas: a construção da imagem pública de Juscelino Kubitschek (1956-1961)**. 2008. 331p. Tese (Doutorado em Multimeios) – Programa de Pós-Graduação em Multimeios, Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/285134>. Acesso em: 12 ago. 2018.

BRASÍLIA na zero hora, Manchete, Rio de Janeiro, 23 abr. 1960. Disponível em: [http://acervo.jk.org.br/?page\\_id=19](http://acervo.jk.org.br/?page_id=19). Acesso em: 13 jan. 2018.



BURKE, Peter. História como memória social. *In*: BURKE, Peter. **Variiedades de história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 185-222, 2000.

CARDOSO, Heloisa Helena Pacheco. Os “anos dourados” memória e ideologia. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 9, n. 14, p. 169-184. 2007. [online]. Disponível em: Acesso em: 07 fev. 2017.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano 2: Morar, cozinhar**. Petrópolis: Vozes, 1996.

FAUSTO, Boris. A Vida Política. *In*: CARVALHO, José Murilo de; SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). **Olhando para Dentro: 1930-1964**, v. 4. São Paulo: Objetiva, p. 91-141, 2013 (Coleção História do Brasil Nação: 1808-2010).

FENTRESS, James, WICKHAM, Chris. **Memória Social: novas perspectivas sobre o passado**. Tradução de Telma Costa. Lisboa, Editorial Teorema, Ltda: 1992.

60

FREITAS, Antonio Jerfson Lins de; ARAÚJO, Cosma Silva de; SALES, Telma Bessa. “O que essa entrevista está documentando?": entrevista com a professora Verena Alberti. **História Oral**, v. 20, n. 2, p. 237-251, jul./dez. 2017.

FROTA, Sebastião Severo, 99 anos. Agricultor aposentado, Sobral-CE, 12 abr. 2013.

GLÓRIA aos Campeões do Mundo: Enrêdo preferido Dos Ranchos. **Última Hora**. 11 fev. 1959, p. 4.

GOMES, Ana Lúcia de Abreu. **Brasília: de espaço a lugar, de sertão a capital (1956-1960)**. 2008. 351 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/1484>. Acesso em: 09 ago. 2018.

GOMES, Ângela de Castro. População e sociedade. *In*: CARVALHO, José Murilo de; SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). **Olhando para Dentro: 1930-1964**, v. 4. São Paulo: Objetiva, 2013.



IMPEDIDOS de chegar a Brasília. **O Globo**, Rio de Janeiro, 31 jun. 1958. Arquivo Público do Distrito Federal.

JOFFILY, Geraldo Irineo. **Brasília e sua ideologia**. Brasília: Thesaurus, 1977.

NEVES, Frederico de Castro. A seca na História do Ceará. *In*: SOUZA, Simone de (Org.). **Uma Nova História do Ceará**. Fortaleza: Edições UFC, 2002.

NORDESTINOS vendidos como porcos em Brasília. **Tribuna na Imprensa**, 4 fev. 1960.

OLIVEIRA, Kubitschek J. **Por que construí Brasília**. Brasília. Senado Federal, conselho editorial, 2000. (Coleção Brasil 500 anos). Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/1039>. Acesso em: 19 jan. 2016.

PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta**. Trad. Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

PORTELLI, Alessandro. ‘O momento da minha vida’: funções do tempo na história oral. *In*: FENELON, Déa Ribeiro *et al.* (Org.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d’Água, p. 296-313, 2004.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. Tradução Maria Therezinha Janine Ribeiro. **Projeto História**, São Paulo, n. 14, p. 25-39, fev. 1997a. [online] Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11233>. Acesso em: 05 maio 2018.

PORTELLI, Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. **Projeto História**. São Paulo, n. 15, p. 13-49, abr. 1997b [online]. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11215>. Acesso em: 05 mar. 2018.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos. Narração, significados e interpretação nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 59-72, 1996. [online] Disponível em: [http://www.historia.uff.br/tempo/artigos\\_dossie/artg2-3.pdf](http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg2-3.pdf). Acesso em: 05 maio. 2018.



PORTELLI, Alessandro. **Sonhos Ucrônicos. Memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. Projeto História**, São Paulo, n.10, p. 41-58, dez., 1993. [online]. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12103>. Acesso em: 09 set. 2018.

RIBEIRO, Gustavo L. **O capital da esperança: a experiência dos trabalhadores na construção de Brasília**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2008.

RIOS, Kênia Sousa. **Engenhos da memória: narrativas da seca no Ceará**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014a.

RODRIGUES, Georgete Medleg. **Ideologia, Propaganda e Imaginário Social na Construção de Brasília**. 1990. 257 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 1990. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/22093>. Acesso em: 03 jan. 2018.

62 SANTOS, Michelle dos. **A Construção de Brasília nas tramas de imagens e memórias pela imprensa escrita (1956-1960)**. 2008. 260 f. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História, Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/4096>. Acesso em: 08 jun. 2018.

SILVA, Leandro de Almeida. **O Discurso Modernizador de Rui Barbosa (1879-1923)**. 2009. 160 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009. Disponível em: [oai:hermes.cpd.ufjf.br:ufjf/3537](http://oai:hermes.cpd.ufjf.br:ufjf/3537). Acesso em: 23 maio 2017.

SILVA, Luiz Sérgio da. **A Construção de Brasília: modernidade e periferia**. 2ª ed. Goiânia: UFG, 2010.

SOUSA, Nair Heloisa Bicalho de. **Construtores de Brasília: Estudo de Operários e sua Participação Política**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1983.



VARELA, Sebastião. **O candango na fundação de Brasília.** Brasília: BCE, 1981.

VIDAL, Laurent. **De nova Lisboa a Brasília:** a invenção de uma capital (séculos XIX - XXX). Tradução, Florence Marie Dravet. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.

VIDESOTT, L. Os candangos. **Risco:** Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo, n. 7, p. 21-38, 2008. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/risco/article/view/44721>. Acesso em: 08 out. 2016.



Editora  
**SER  
TÃO  
CULT**

Este livro foi composto em fonte Adobe Garamond Pro, impresso no formato 14 x 21 cm em offset 75g/m<sup>2</sup>, com 64 páginas e em e-book formato pdf.  
Novembro de 2022.



É possível falar sobre a trajetória de vida de qualquer pessoa a partir de palavras-chave. Entre as palavras-chave mais marcantes de Sebastião Severo Frota, podemos escolher uma: construção. Ainda jovem, o sobralense foi um dos milhares de trabalhadores que derramaram suor e sangue nos alicerces daquela que viria a ser a capital do Brasil. A busca por uma vida melhor, por aventura, pela construção de uma vida mais digna, levou Sebastião, seu irmão e amigos a rumarem para o coração do país, sem ao menos saberem o que os esperava.

Muitos acabaram seus dias sob o calor do Centro-Oeste brasileiro, seja vítimas de acidentes de trabalho, da escravidão moderna, da violência empregada por grandes fazendeiros, enfim, não encontraram a vida melhor prometida pelas inúmeras propagandas governamentais. Mas ao (re)construir suas memórias sobre aquele capítulo de sua história (e da história do Brasil), Sebastião, aos 99 anos de idade, ainda se mostra um exímio construtor. Cada parede de sua narrativa é assentada sobre fortes alicerces de um claro conhecimento de história, mas não aquela que se aprende nos livros, mas aquela que se vive.

ISBN 978-655421034-8



9 786554 210348

Editora **SERTÃO:CULT**